



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

Sumário

| | |
|---|-----------|
| MENSAGEM DO PRESIDENTE | 3 |
| VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO | 5 |
| 1 IDENTIFICAÇÃO DA NAV BRASIL | 5 |
| 2 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA..... | 5 |
| 3 BASE NORMATIVA | 5 |
| 4 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA | 5 |
| 5 ABRANGÊNCIA | 6 |
| 6 REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS..... | 8 |
| 7 CENÁRIO ECONÔMICO | 8 |
| 8 RELAÇÃO COM OS DESTINATÁRIOS DOS SERVIÇOS PRODUZIDOS | 10 |
| 9 REGULAÇÃO E CONTROLE | 11 |
| ESTRATÉGIA, GOVERNANÇA E DESEMPENHO | 12 |
| 10 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO | 12 |
| 11 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS | 13 |
| 12 CADEIA DE VALOR..... | 13 |
| 13 MATRIZ DE SWOT..... | 15 |
| 14 OBJETIVOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS..... | 16 |
| 15 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA..... | 17 |
| 16 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL..... | 19 |
| 18 A NAV BRASIL EM NÚMEROS..... | 20 |
| 19 ESTRUTURAS DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS | 21 |
| 20 FATORES DE RISCO | 23 |
| RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO..... | 26 |
| 21 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA | 26 |
| 22 GESTÃO DE CUSTOS..... | 27 |
| 23 GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATOS | 28 |
| 24 GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA | 29 |
| 25 GESTÃO DE PESSOAS | 30 |
| 26 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO..... | 33 |

| | | |
|----|--|----|
| 27 | SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL | 34 |
| | DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO | 36 |
| 28 | INDICADORES DE DESEMPENHO E LUCRATIVIDADE | 36 |
| 29 | RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS | 38 |
| 30 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 40 |
| 31 | NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 44 |
| 32 | PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE | 70 |
| 33 | MANIFESTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO | 71 |
| 34 | MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA | 71 |
| 35 | PARECER DO CONSELHO FISCAL | 71 |
| 36 | NOTA COMPLEMENTAR | 72 |
| 37 | MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS (SEST) | 75 |
| 38 | PARECER DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN) | 75 |
| 39 | PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) | 76 |
| 40 | ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA | 76 |
| 41 | PARECER AUDITOR INTERNO | 76 |
| | PERSPECTIVAS | 78 |

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Constituída em 30 de junho de 2021, após um longo processo de estudo desenvolvido por um grupo de trabalho interministerial que perpassou três governos e duas legislaturas do Congresso Nacional, o que reforça o entendimento de se tratar de uma decisão de Estado, além de ratificar a relevância dos serviços públicos de navegação aérea para o País, a NAV Brasil se estabelece como um importante instrumento para a execução de políticas públicas, no que concerne à prestação de Serviços de Navegação Aérea sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, através do Comando da Aeronáutica.

Atendendo ao que estabelece a Lei nº 13.903/2016, com a cisão parcial da Infraero, foram vertidos para a NAV Brasil, os elementos ativos e passivos relacionados com a prestação de serviços de navegação aérea, incluídos o acervo técnico, o acervo bibliográfico e o acervo documental, assim como os empregados que exerciam atividades diretamente relacionadas com a prestação de serviços de navegação aérea.

Assim, com o fito de permitir à empresa estruturar-se administrativamente, aquela Lei previu a possibilidade de prestação de apoio técnico e administrativo, por dois anos e com base em termos a serem estabelecidos em contrato, pela própria Infraero, que, de certa forma, daria continuidade às atividades que já desempenhava.

O presente relatório refere-se, portanto, aos seis primeiros meses de atividades da NAV Brasil, que foram marcados pelo evidente entusiasmo de seus empregados, que passavam a, efetivamente, compor o *core business* da nova companhia, mas, também, pelas naturais dificuldades para a estruturação de sua administração central, de forma a propiciar o devido apoio aos mais de 1.600 empregados que atuam em diversas localidades por todo o território brasileiro, sem provocar solução de continuidade às atividades ali desenvolvidas e, especialmente, garantindo a qualidade e a segurança dos Serviços de Navegação Aérea providos à sociedade.

Apesar das dificuldades, o Plano de Negócios desenvolvido pelo Comando da Aeronáutica mostrou-se bem-sucedido, uma vez que a condição primária do processo decisório para a criação da empresa – o seu estabelecimento sob a condição de “empresa pública não dependente” (de recursos do Tesouro Nacional) –, foi superada com êxito. Após esses seis meses de operação, a NAV Brasil fechou o exercício com um lucro líquido de R\$ 93,5 milhões.

Foram muitos os desafios vencidos, nestes primeiros meses de existência da empresa, como a própria instalação da administração central; a absorção de 47 Estações Prestadoras de Serviço de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA (órgãos operacionais para a prestação dos serviços de navegação aérea, agora denominados Dependências da NAV Brasil - DNBs); a regularização de todo o patrimônio transferido; a emissão de CNPJs para a Administração Central e DNBs; a regularização de 85 próprios residenciais transferidos pela Infraero à NAV Brasil; a elaboração de um grande número de documentos normativos da empresa; a já citada contratação da Infraero, com base na lei de criação da empresa; a sub-rogação de 72 contratos administrativos relativos a serviços; o planejamento e a implementação de um Programa de Redistribuição de Efetivo; a estruturação da Governança Corporativa e da área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos; a sucessão processual em 116 processos de esfera cível e trabalhista; a elaboração do Plano de Negócios 2022 e Planejamento Estratégico 2022-2026; e muitos outros.

Enfim, um resultado expressivo para uma empresa ainda em estruturação e que, valorizando seus empregados, primando pela transparência, profissionalismo, inovação, eficiência, ética e compromisso com o usuário, priorizando a sustentabilidade e a excelência na prestação deste serviço público e pela segurança da Navegação Aérea, será, muito em breve, reconhecida pelos serviços que presta, visando ao desenvolvimento do transporte aéreo e ao bem-estar da sociedade.



José Pompeu dos Magalhães Brasil Filho
Presidente

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1 Identificação da NAV Brasil

A NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A é uma empresa pública brasileira exclusivamente dedicada à provisão de serviços de navegação aérea, que, devido às características da estrutura integrada do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, atua de forma complementar à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, sendo, pois, de interesse estratégico para a segurança nacional.

A companhia emprega um modelo de gestão resultante do compromisso do poder público com a excelência na prestação dos Serviços de Navegação Aérea, cujas atividades são custeadas pela arrecadação de tarifas decorrentes do provimento desses serviços.

2 Composição Acionária

Como empresa pública federal, tendo a União como acionista único, detentora de 100% do capital da empresa, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda (PGFN), a NAV Brasil se constitui independente de recursos do Tesouro Nacional. Não possui ações no mercado de capitais e nem participa em outras sociedades.

3 Base Normativa

As principais normas direcionadoras da atividade da NAV Brasil correspondem às [Leis nº 13.303/2016](#) (Lei das Estatais), [6.404/1976](#) (Lei das Sociedades Anônimas) e [13.903/2019](#) (Lei de criação da NAV Brasil), sem deixar de mencionar o Estatuto Social da empresa, aprovado pela Assembleia Geral, em 30 de junho de 2021.

4 Caracterização dos Serviços de Navegação Aérea

Os serviços de navegação aérea podem ser subdivididos em serviços de tráfego aéreo (ATS), de telecomunicações aeronáuticas (COM), de meteorologia aeronáutica (MET) e de informações aeronáuticas (AIS).

Todas essas atividades são reguladas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), por meio das Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA) nºs 100-37, 100-16, 105-2 e 53-8, que estão disponíveis na página do órgão na Internet, através do *link* www.sislaer.fab.mil.br.

| | |
|--|--|
| <h2 style="text-align: center;">TRÁFEGO AÉREO</h2> <ul style="list-style-type: none"> → Informação de voo → Alerta → Assessoramento de tráfego aéreo → Controle de tráfego aéreo | <h2 style="text-align: center;">TELECOMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS</h2> <ul style="list-style-type: none"> → Serviço fixo aeronáutico → Serviço móvel aeronáutico → Radionavegação aeronáutica → Radiodifusão aeronáutica |
| <h2 style="text-align: center;">METEOROLOGIA AERONÁUTICA</h2> <ul style="list-style-type: none"> → Informações decorrentes da observação, vigilância e previsão meteorológicas | <h2 style="text-align: center;">INFORMAÇÕES AERONÁUTICAS</h2> <ul style="list-style-type: none"> → Informações e dados aeronáuticos necessários ao planejamento de voo |

Para tanto, dispõe da seguinte infraestrutura operacional:



Figura 1 – Infraestrutura existente.

5 Abrangência

Com o compromisso de atender ao interesse coletivo e aos imperativos da segurança nacional, a NAV Brasil presta Serviços de Navegação Aérea em **44 aeródromos**

brasileiros (Dependências da NAV Brasil - DNBs)¹; dispõe de 2 centros de meteorologia aeronáutica responsáveis por realizar a previsão meteorológica para 80% (oitenta por cento) dos aeroportos brasileiros; efetua o trâmite de informações aeronáuticas em redundância ao serviço provido pelo Comando da Aeronáutica; e opera 23 equipamentos DME² e 7 sistemas de telecomunicações aeronáuticas VHF³, em um total de **30 instalações (Estações da NAV Brasil - ENBs)** que apoiam a navegação em rota, conforme a seguinte distribuição geográfica:

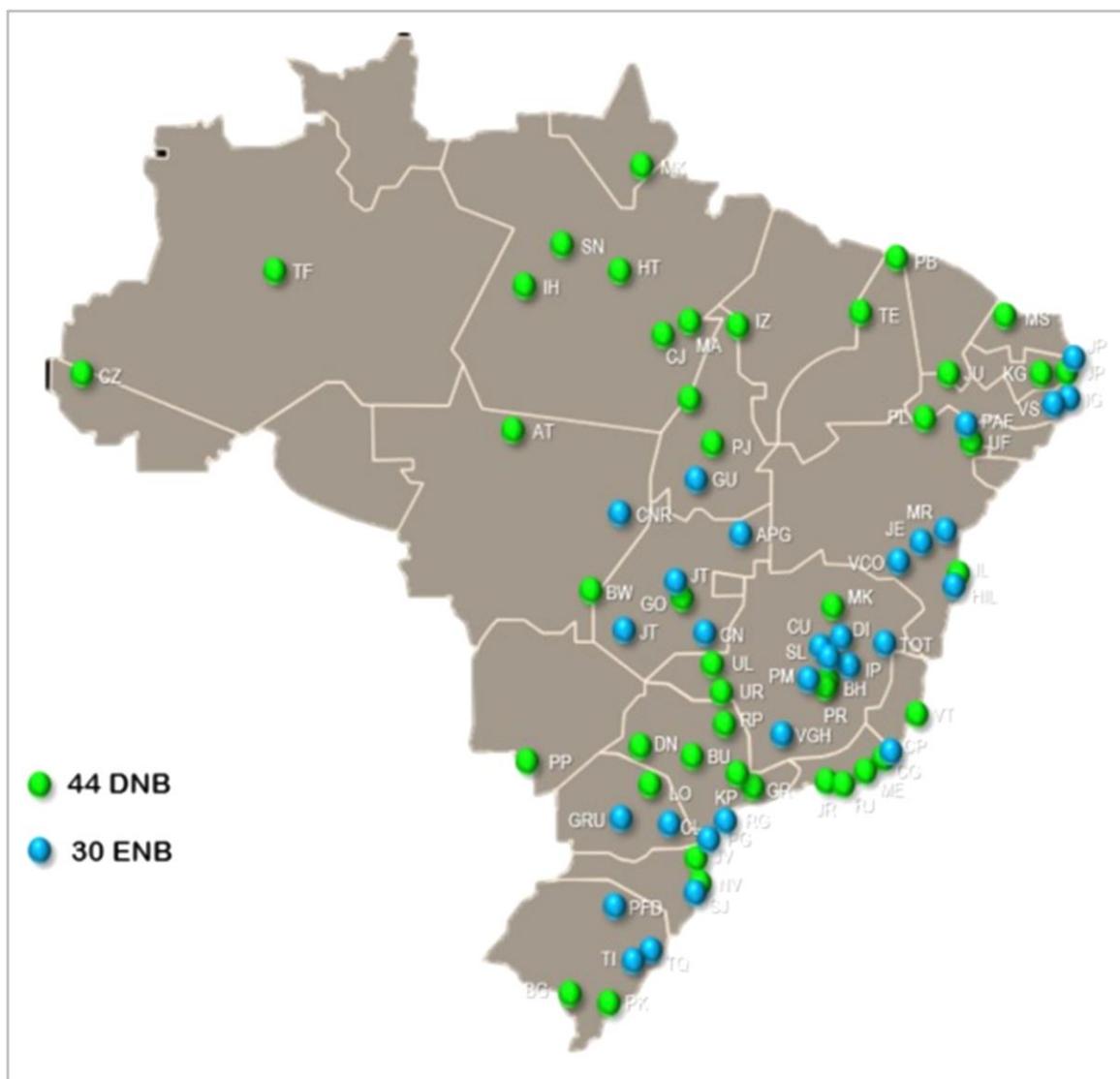


Figura 2 – Distribuição das DNBs e ENBs no território nacional.

¹ Dado atualizado em maio de 2022. 31/06/2021 registra o total de 47 DNBs; 31/12/2021, 46 (1 desativação); 31/01/2022, 44 (3 desativações).

² *Distance Measuring Equipment* – Equipamento Medidor de Distância utilizado para navegação aérea.

³ *Very High Frequency* - Frequência Muito Alta.

6 Remuneração pelos Serviços Prestados

Sob o ponto de vista da geração de receitas pelos serviços prestados pela NAV Brasil, as tarifas, reguladas pelo Comando da Aeronáutica nos termos da Lei nº 6.009/1973, são cobradas aos usuários (proprietário ou explorador da aeronave) de forma particular, de acordo com a finalidade desses serviços, em três tipos distintos de “momentos” da operação:

Ⓢ Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aeródromo (TAT ADR)

Ⓢ Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação (TAT APP)

Ⓢ Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota (TAN)

Cabe ressaltar, que os serviços de navegação aérea têm seus preços estabelecidos a partir dos custos dos diversos componentes de cada parcela dos serviços prestados. As parcelas consideradas na formação dos custos são utilizadas no momento de remunerar o real provedor do serviço.

As dependências e estações da NAV Brasil são remuneradas pela efetiva prestação dos serviços citados, de acordo com as tarifas TAT arrecadadas nos aeródromos e centros de controle de aproximação que opera diretamente, e por parcelas da tarifa TAN referentes aos serviços por ela prestados às aeronaves em rota, proporcionais à sua participação no custo total do serviço prestado. Por exemplo, em uma região em que o serviço de controle de tráfego aéreo é proporcionado por um CINDACTA, que se vale dos rádios de uma ENB para se comunicar com a aeronave, uma parcela da tarifa arrecadada, proporcional ao custo de manutenção e operação do equipamento, será aplicada para remunerar o serviço de telecomunicações provido pela NAV Brasil.

A sistemática de remuneração dos serviços de navegação aérea prestados pela NAV Brasil é regulada pela ICA nº 12-35, disponível na página do DECEA na Internet, no link www.sislaer.fab.mil.br.

7 Cenário Econômico

O tráfego aéreo, em âmbito internacional, sofreu impactos consideráveis por consequência da pandemia da COVID-19, nos anos de 2020 e 2021, o que, por

consequente, implicou em significativa queda da arrecadação de tarifas de navegação aérea, a principal fonte de receitas da NAV Brasil.

A atividade aérea realizada no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) registrou uma redução média de 43% no período de julho a dezembro de 2020, quando comparados ao mesmo período de 2019. Já, na comparação com esse mesmo período de 2021, houve redução média de 17%, passando a permitir expectativas de plena recuperação aos níveis anteriores à pandemia, até o final de 2022.



Figura 3 – Relatório comparativo de movimentos SISCEAB – Dezembro/2021.

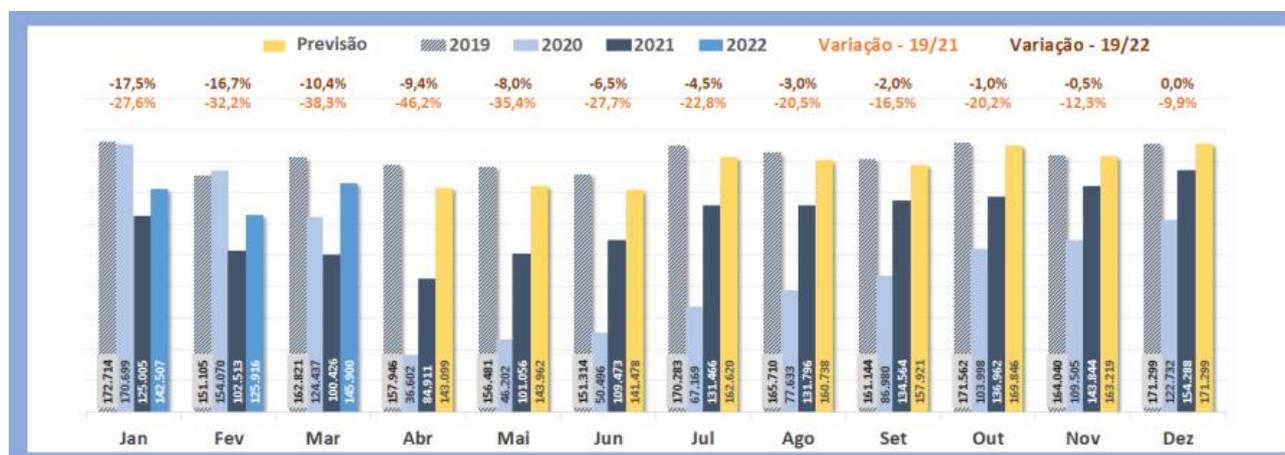


Figura 4 – Relatório comparativo de movimentos SISCEAB – Março/2022.

Os dados sobre o total de movimentos⁴ apresentados são levantados e publicados no Relatório Comparativo de Tráfego Aéreo⁵ pelo Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA), órgão subordinado ao DECEA, encarregado das atividades de gerenciamento de fluxo de tráfego aéreo e supervisão operacional das ações correntes no âmbito do SISCEAB. Para tanto, é considerado o total de voos das Regiões de Informação de Voo (FIR) e Áreas de Controle Terminal (TMA) constantes do Sistema Gerenciador de

⁴ O movimento do dia é a soma de pousos e decolagens naquele dia em horário de Brasília.

⁵ Disponível na página do CGNA, link <http://portal.cgna.decea.mil.br/>.

Estatísticas de Tráfego Aéreo (SETA Millenium), mediante metodologia do DECEA, ICEA e CGNA, que retira a duplicidade de voos que cruzaram mais de uma FIR ou TMA.

Como se nota, o período de julho a dezembro de 2021 soma cerca de 833 mil movimentos aéreos, enquanto o de janeiro a março de 2022 registra um aumento médio de 26% da atividade em relação ao mesmo período do ano anterior, porém, a recuperação da atividade aérea aos níveis anteriores da pandemia ainda enfrenta desafios por conta da elevação dos custos para as companhias aéreas, como o aumento do custo do querosene de aviação, que acumulou alta de 76,2%, em 2021, e a alta de 7,47% na cotação do dólar, que afeta peculiarmente o custo do arrendamento das aeronaves e de sua manutenção.

Não obstante o cenário existente nos primeiros 6 meses de operação da NAV Brasil, a transferência de estruturas operacionais do Comando da Aeronáutica, aliada à mudança na gestão das atividades da navegação aérea, antes sob a responsabilidade da Infraero, proporcionaram o desejado equilíbrio, afastando qualquer necessidade de aportes por parte da União, mantendo-se a empresa como “não dependente” dos recursos do Tesouro.

8 Relação com os Destinatários dos Serviços Produzidos

A NAV Brasil não presta serviço diretamente ao cidadão, mas, sim, ao proprietário ou explorador da aeronave que o atende. Ainda assim, o faz por meio de sistemas disponibilizados pelo SISCEAB.

A utilização dos serviços, instalações, auxílios e facilidades destinadas a apoiar e tornar segura a navegação aérea, proporcionados pela NAV Brasil, está sujeita ao pagamento de Tarifas de Navegação Aérea, cuja arrecadação, contudo, compete ao DECEA, a quem também incumbe a adoção de medidas necessárias em caso de inadimplemento, nas esferas administrativa e judicial.

Dessa forma, muito embora o compromisso da empresa com o usuário, no tocante à prestação de serviços com qualidade, eficiência e segurança, não há, a princípio, contato operacional e administrativo diretamente com os destinatários dos serviços.

Essa relação é mediada integralmente pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo, inclusive com o empreendimento de ferramentas de aprimoramento dos processos na prestação de serviços à navegação aérea, como a pesquisa de satisfação dos usuários, cujo resultado impacta a gestão da NAV Brasil.

Por isso, ainda nesta fase inicial de estruturação da empresa, são avaliadas as formas de implementação de canais próprios da NAV Brasil, para estreitar a relação com os destinatários dos serviços prestados.

9 Regulação e Controle

A operação de navegação aérea realizada pela NAV Brasil é rigorosamente regulada pelo Comando da Aeronáutica⁶, por meio do qual a empresa se vincula ao Ministério da Defesa.

No tocante à atividade administrativa, também no âmbito do Poder Executivo, a NAV Brasil é coordenada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), vinculada à Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia.

Finalmente, sob o aspecto da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, a NAV Brasil se submete ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal por intermédio do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), sem deixar de mencionar o controle externo realizado pelo Tribunal de Contas da União.

⁶ Por meio de normativos do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

ESTRATÉGIA, GOVERNANÇA E DESEMPENHO

10 Planejamento Estratégico

O emprego de ferramentas de planejamento estratégico tem se intensificado, tanto na administração privada quanto na administração pública, em busca do incremento de lucros e da qualidade dos serviços, verificando-se o crescimento da utilização de metodologias que propiciam meios aos administradores para vencer os crescentes desafios que lhe são impostos.

Utilizando-se de uma oportuna analogia ao planejamento de um voo, que se pode definir como um processo que requer a análise do desempenho da aeronave, assim como, das condições meteorológicas e das infraestruturas aeronáuticas que se irão empregar para garantir um voo eficiente e seguro, o “Planejamento Estratégico” é um processo sistemático que permite à administração estabelecer a melhor “rota” a ser seguida pela organização, para chegar ao “destino” desejado, com eficiência e segurança.

Uma das metodologias mais utilizadas por grandes empresas em todo o mundo, o “Planejamento Estratégico” é um processo através do qual a administração visualiza o seu futuro e desenvolve as melhores práticas para alcançá-lo.

Para tanto, são descritas a missão e a visão otimista de como a organização deseja ser reconhecida em um futuro estimado, assim como os valores em que se fundamenta para cumprir tal missão e alcançar a visão almejada.

Na sequência, faz-se uma análise introspectiva da empresa, identificando suas reais capacidades, além de um estudo do ambiente em que a mesma se encontra inserida, por meio da elaboração da matriz SWOT, sigla dos termos ingleses *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças), de forma a se identificar estratégias para alcançar objetivos claramente estabelecidos, que serão implementadas por meio de programas, projetos e planos submetidos a mecanismos de monitoramento de desempenho.

11 Diretrizes Estratégicas

A atuação da NAV Brasil é direcionada pelos seguintes componentes estratégicos:

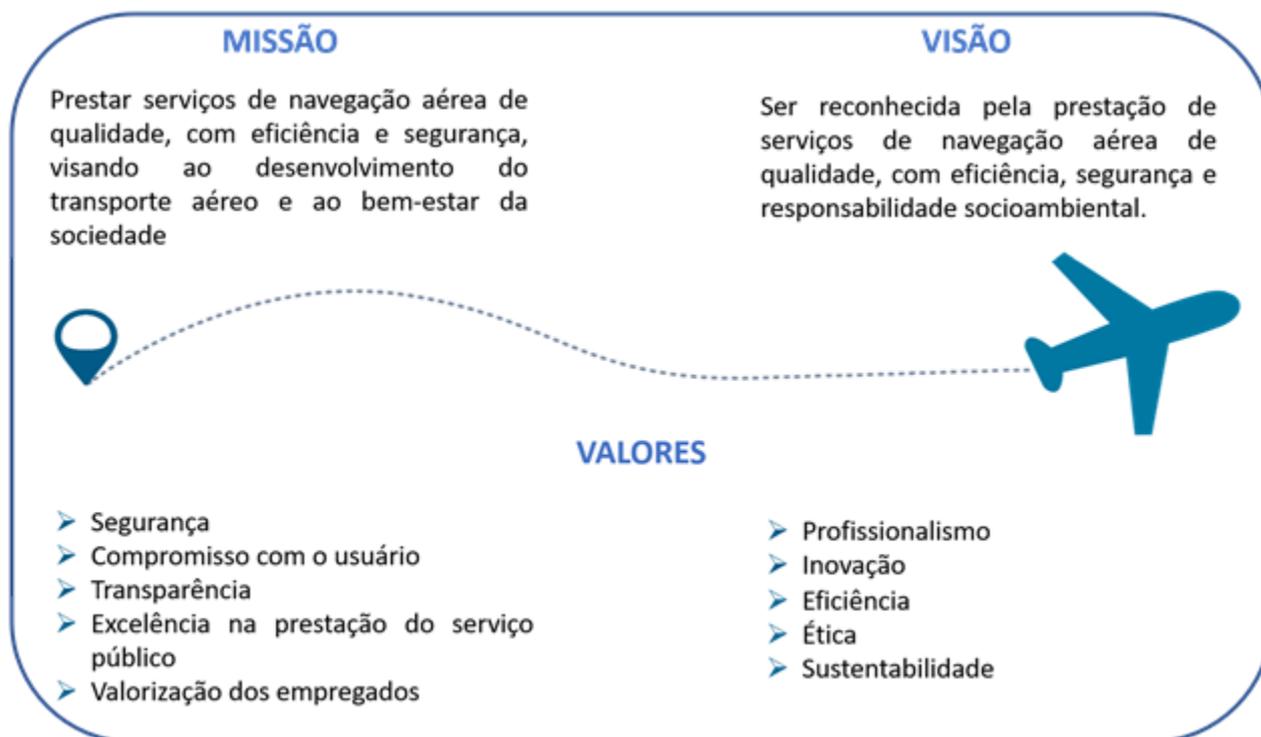


Figura 5 – Missão, Visão e Valores da Empresa.

12 Cadeia de Valor

A NAV Brasil foi concebida com um eixo finalístico prioritário, proveniente da cisão da Infraero, que consiste na “Prestação de Serviços de Navegação Aérea”, executado pelas anteriormente denominadas Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTAs), hoje, Dependências da NAV Brasil (DNBs).

O segundo eixo finalístico refere-se à “Implantação de Sistemas, Órgãos Técnicos e Operacionais de Controle do Espaço Aéreo”, que possibilita à NAV Brasil a condução, sob demanda, de projetos voltados para a transformação, a modernização, a ampliação ou a criação de estruturas de navegação aérea e de controle do espaço aéreo, subordinadas à orientação das políticas da autoridade aeronáutica competente, através do órgão central do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, o DECEA.

O terceiro eixo, voltado para a maximização do uso dos recursos humanos e materiais alocados à NAV Brasil consiste no “Suporte Externo a Sistemas, Órgãos Técnicos e Operacionais de Controle do Espaço Aéreo”. Trata-se da possibilidade de utilização da capacidade técnica e operacional da Empresa para fornecimento de serviços a outros órgãos e entidades, sem prejuízo dos serviços prioritários a partir das DNBs de sua estrutura.

O quarto e último eixo finalístico, denominado “Relações com Clientes” destina-se a funcionar como macroprocesso de interface dos demais finalísticos junto a organizações clientes, públicas ou privadas, assegurando a adequada apreciação de demandas externas e a gestão proativa das relações contratuais de serviços e projetos executados pela Empresa no âmbito externo.

Estes quatro eixos foram considerados processos de primeiro nível ou macroprocessos finalísticos, viabilizando as entregas de valor referentes à missão da NAV Brasil: “Prestar serviços de navegação aérea de qualidade, com eficiência e segurança, visando ao desenvolvimento do transporte aéreo e ao bem-estar da sociedade”.

No âmbito das atividades de gestão e de suporte ou apoio, a atuação da NAV Brasil foi agrupada em onze macroprocessos, ou processos de primeiro nível, englobando aspectos de governança, gestão estratégica, pessoas, infraestrutura, finanças, patrimônio, comunicação, tecnologia, dentre outros processos essenciais à operação da Empresa.

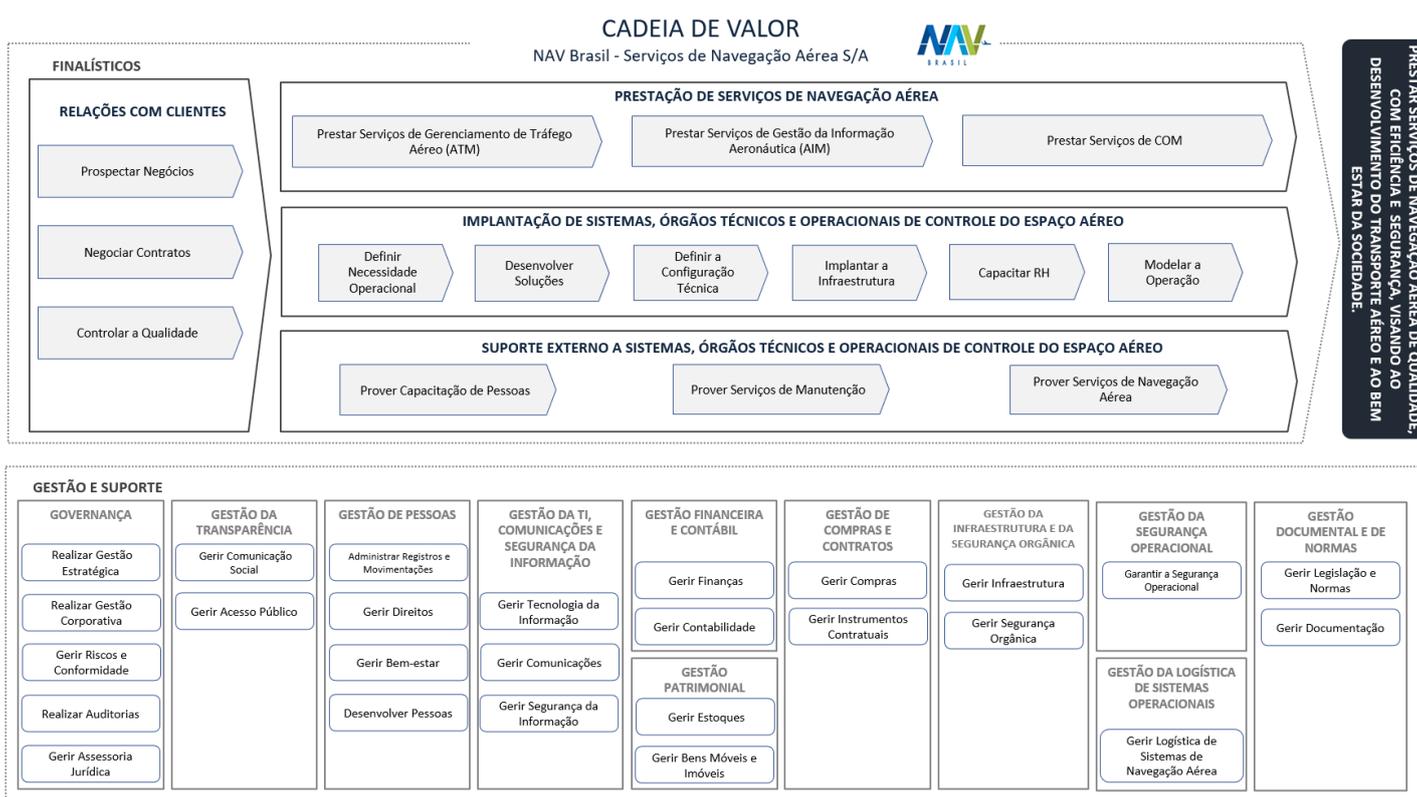


Figura 6 – Cadeia de Valor da Empresa.

13 Matriz de SWOT

Dando sequência ao planejamento estratégico, especificamente na análise do ambiente interno e externo, foi traçada a matriz de SWOT seguinte:

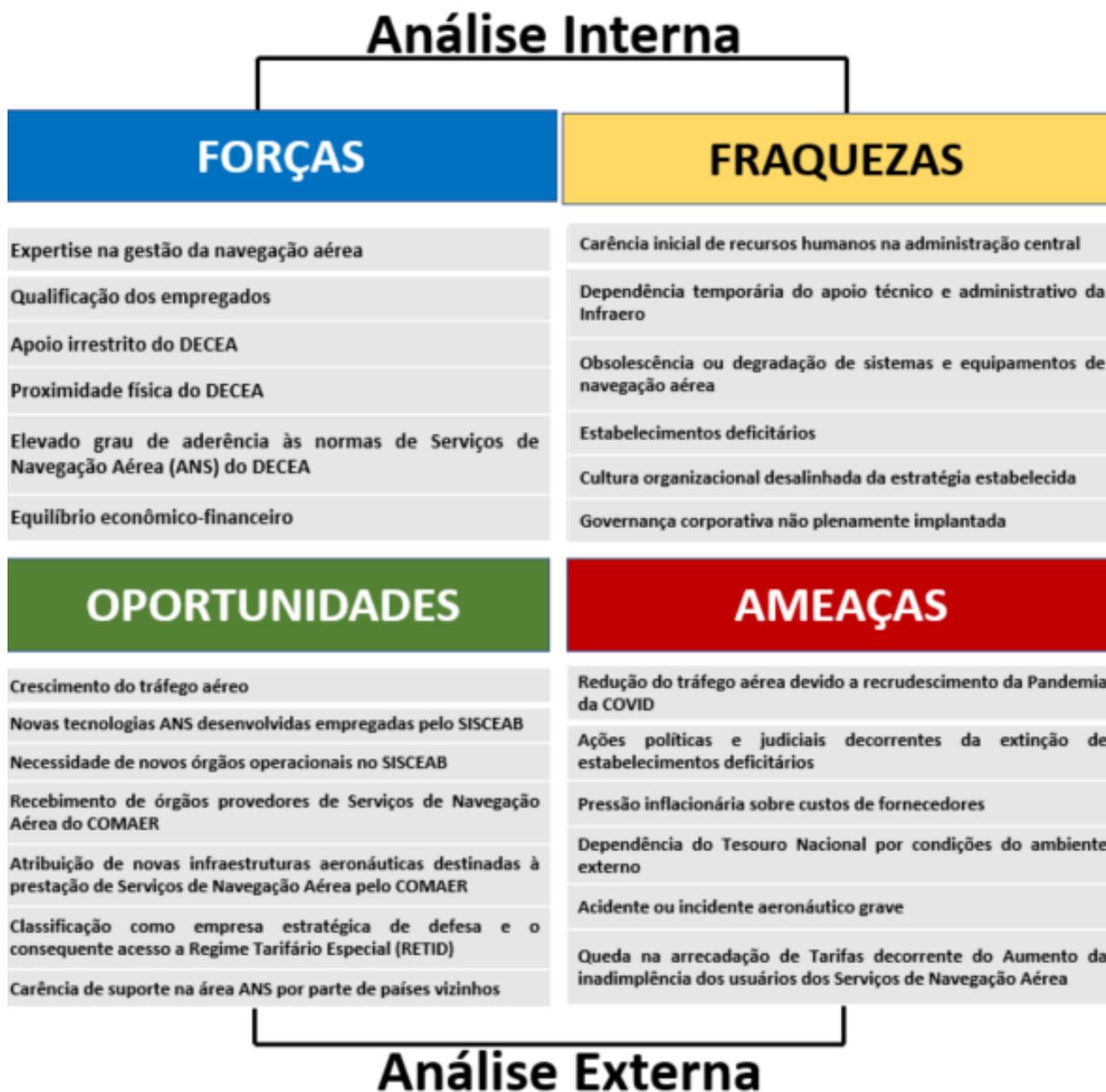


Figura 7 – Análise SWOT.

14 Objetivos e Ações Estratégicas

A partir da análise interna e externa, foram estabelecidos os Objetivos Estratégicos da NAV Brasil e, para cada um deles, delineou-se um conjunto de Ações Estratégicas, que, por sua vez, são subdivididas em Iniciativas, associadas a Metas específicas e quantificáveis.

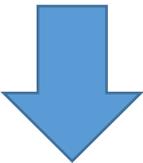
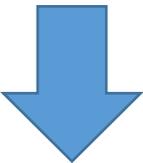
| Constituição da Empresa | Perenidade da Condição de Empresa Pública Não Dependente | Incremento da Capacidade Operacional |
|---|---|---|
|  |  |  |
| Regularizar a absorção das estruturas recebidas | Otimizar custos | Melhorar a infraestrutura |
| Estruturar a empresa | Incrementar a receita | Aumentar a disponibilidade dos equipamentos |
| | | Aumentar a eficiência operacional |
| | | Garantir os Níveis Adequados de Segurança Operacional (NASO) |
| | | Aumentar o nível de satisfação dos empregados |

Figura 8 – Alinhamento estratégico de Objetivos e Ações.

15 Estrutura de Governança

A NAV Brasil absorveu a infraestrutura operacional da Infraero, o que não se estendeu ao corpo administrativo, que precisou ser constituído concomitantemente à prestação de todos os serviços que se encontravam em plena execução nos aeroportos e áreas terminais sob responsabilidade da empresa, e que, vale dizer, tiveram sua qualidade, eficiência e segurança preservadas, por efeito do entusiasmo e correção técnica em todos os trabalhos desenvolvidos pelos empregados, movidos por uma estrutura de governança corporativa que busca o permanente aprimoramento de suas práticas, visando à plena aderência ao ambiente regulatório vigente, em especial aos requisitos da Lei nº 13.303/2016 – Lei das Estatais, seu Decreto regulamentador nº 8.945/2019, da Instrução Normativa CGU nº 01/2016 e às determinações emitidas por meio de Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, além do acompanhamento das melhores práticas de mercado, como aquelas estabelecidas no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

Nessa perspectiva, a governança corporativa da NAV Brasil é composta por Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Executiva, contando, ainda, como áreas sistêmicas de apoio e controle, com a auditoria interna, ouvidoria, conformidade, gerenciamento de risco, planejamento estratégico, corregedoria e comissão de ética.

Com vistas à formação de um sistema de *compliance* empresarial e de governança que garanta o alinhamento dos processos com os objetivos estratégicos estabelecidos pela empresa, no ano-base (primeiros seis meses de constituição da companhia), além dos órgãos estatutários, foram instituídas as assessorias à Presidência de Gestão Estratégica e de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, esta última, embora vinculada à Presidência, reportando-se ao Conselho de Administração, nas situações em que se suspeite do envolvimento do Presidente da empresa em irregularidades, ou quando este se furtar à obrigação de adotar as medidas necessárias em relação a similar situação a ele relatada.

No que diz respeito à Auditoria Interna, Ouvidoria e Corregedoria, apesar dos notórios avanços nos respectivos provimentos de vagas, que primaram por seleções internas e desenvolvimento de competências do quadro de pessoal efetivo, tendo em vista a especialidade das áreas e o rito processual aplicável, o efetivo preenchimento dos cargos não foi concluído no exercício de 2021, e sim no primeiro trimestre 2022.

Dessa forma, a governança corporativa da NAV Brasil, pautada nos princípios da liderança, integridade, responsabilidade, compromisso, transparência e *accountability*⁷, baseia-se no seguinte modelo:

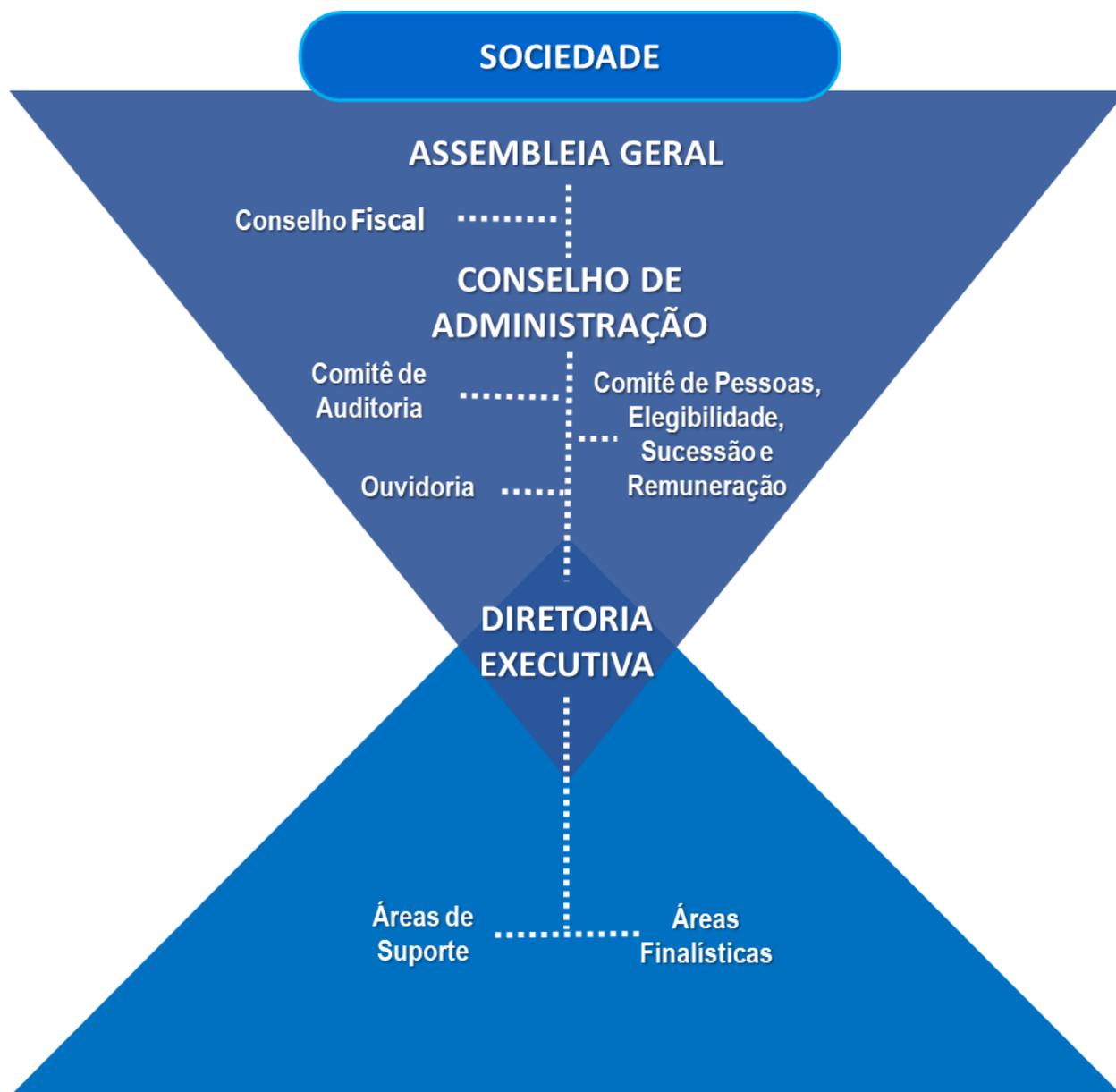


Figura 9 – Modelo de Governança Corporativa da NAV Brasil.

⁷ Acompanhando a definição da IN Conjunta MP/CGU nº 01/2016, considera-se *accountability*, o conjunto de procedimentos adotados pelas organizações públicas e pelos indivíduos que as integram que evidenciam sua responsabilidade por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações.

16 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da NAV Brasil é disposta por um sistema formal de hierarquização funcional e relacionamentos de autoridade que evidencia como os diferentes setores coordenam suas ações para atingir os objetivos organizacionais.

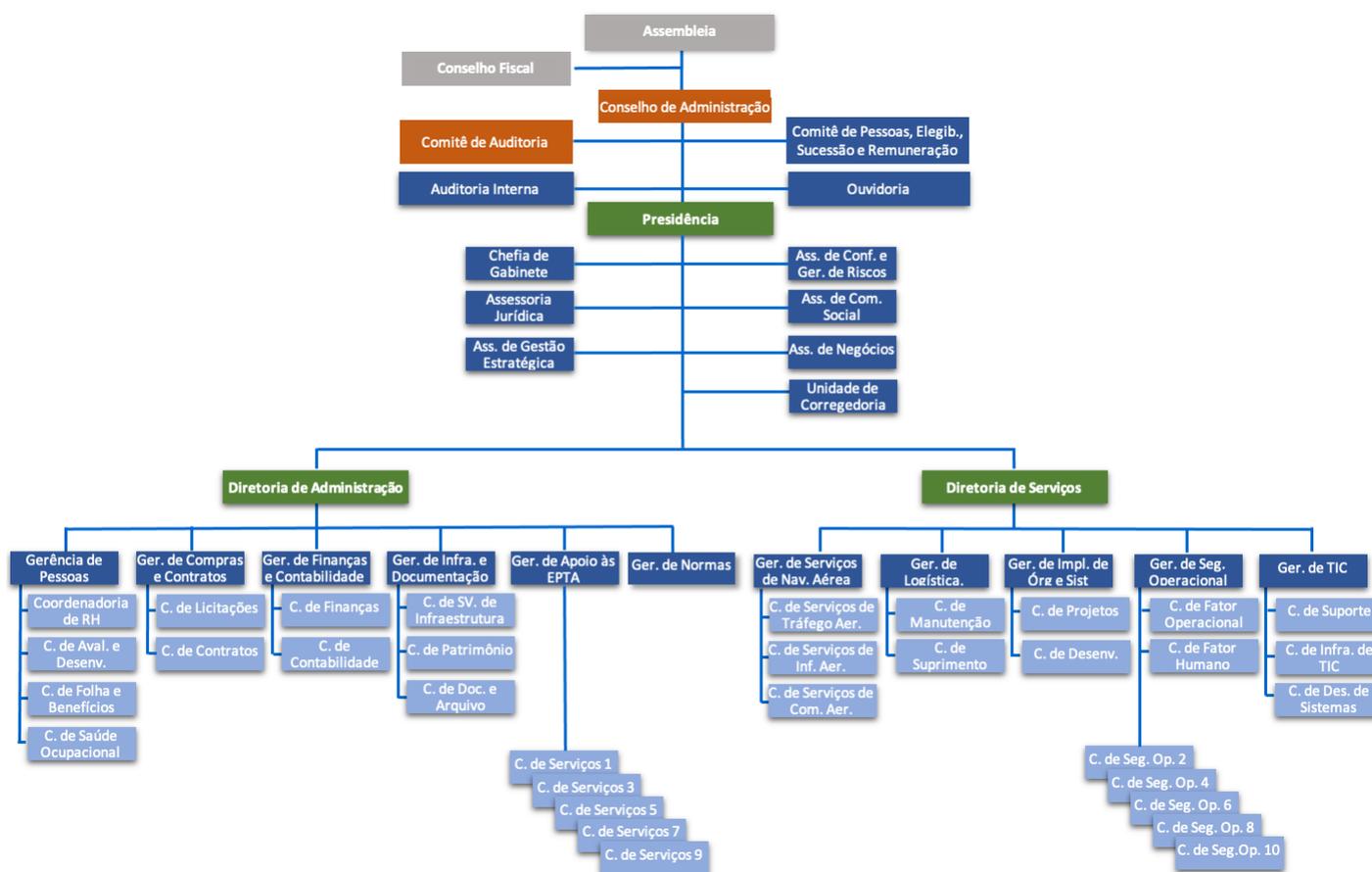


Figura 10 – Organograma da Empresa.

17 Resultados e Avaliação da Gestão

Iniciada a atividade da empresa no segundo semestre de 2021, os primeiros referenciais de metas e resultados foram traçados no documento “Plano de Negócios 2022 e Estratégia 2022 a 2026”, proposto pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração, em 16 de dezembro de 2021, projetados, portanto, para os exercícios seguintes.

Contudo, a despeito de inexistir documentação equivalente em relação ao ano de 2021, os resultados alcançados pela empresa revelaram importantes avanços no exercício findo, avaliados positivamente pelo Conselho de Administração, conforme Análise de Metas e Resultados, aprovada na reunião realizada em 20 de maio de 2022, em cumprimento do disposto no art. 23, § 2º, da Lei nº 13.303/2016.

18 A NAV Brasil em Números



Figura 11 – Números relacionados à Empresa.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

19 Estruturas de Gestão de Riscos e Controles Internos

A NAV Brasil adota o modelo das três linhas de defesa, em sua estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos, sendo a primeira de responsabilidade dos gestores das unidades organizacionais, que executam a gestão de riscos e o *compliance* nos processos de sua competência, sob suporte direto da segunda linha, constituída pela Assessoria de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, responsável pelo desenvolvimento, supervisão e monitoramento do sistema de gestão de riscos e controles internos, além das demais unidades integrantes do controle interno. Por fim, resguarda-se à terceira linha, constituída pela Auditoria Interna, a competência de medir e avaliar a eficácia e a eficiência do gerenciamento de riscos e controles internos da gestão, referentes às primeira e segunda linhas de defesa.

Ainda em fase de elaboração e discussão interna, inerente ao processo de constituição da empresa, a NAV Brasil pretende elaborar o Plano para a Estrutura de Controle Interno, com o objetivo de orientar as ações iniciais para o estabelecimento do controle interno, aderente às disposições da Lei nº 13.303/2016 e sua regulamentação, como também, de modo especial, à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.

Também se encontram em desenvolvimento, as Políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, contendo os princípios e as diretrizes para suporte à tomada de decisão na NAV Brasil.

É importante reiterar, que a formação da administração central da NAV Brasil somente foi franqueada após a sua constituição, em 30 de junho de 2021, com a atividade operacional da empresa em pleno desenvolvimento, reconhecendo-se, com naturalidade, que ainda há muito o que se estruturar, até que a companhia alcance a desejada maturidade, especialmente ao se considerar a dificuldade de dimensionamento da força de trabalho necessária, indissociável do planejamento e mapeamento de processos.

Diante da complexidade e sensibilidade que o tema requer, o legislador, ao autorizar a criação da Empresa, também permitiu a prestação de apoio administrativo e operacional por parte da Infraero, tendo sido constituído um instrumento contratual, em janeiro de 2022, após intensa interação entre as partes, realizada no ano-base deste Relatório.

Por esse motivo, a integração entre essas estruturas, partindo-se de um perfil institucional conservador, com baixo apetite a risco, envolve uma consistente fase de compreensão e planejamento de processos, instituída desde a constituição da empresa,

pelos órgãos de controle interno, independentes e integrados entre si, respeitada a segregação de suas competências, conforme quadro a seguir:

| | VINCULAÇÃO | ATUAÇÃO | ACOMPANHAMENTO |
|------------------------------|-------------|---|--------------------|
| Auditoria Interna | CONSAD | Auditoria Avaliação da eficácia dos controles internos | Instituída em 2022 |
| Conformidade e Riscos | Presidência | Análise de conformidade Gestão de Riscos Monitoramento da 1ª linha de defesa | Instituída em 2021 |
| Corregedoria | Presidência | Processo Disciplinar Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica (PAR) | Instituída em 2022 |
| Comissão de Ética | Presidência | Processo de Apuração Ética | Instituída em 2021 |
| Ouvidoria⁸ | CONSAD | Canal de denúncias | Instituída em 2022 |
| Áreas de Suporte | Diretoria | Práticas de controles internos | Instituída em 2021 |
| Áreas Finalísticas | Diretoria | Práticas de controles internos | Instituída em 2021 |

Figura 12 – O Controle Interno da Empresa.

Cumpre pontuar que, em relação ao usuário dos serviços públicos da administração pública, é assegurada *ex vis legis*⁹, a participação, proteção e defesa de seus direitos, podendo apresentar manifestações, assim entendidas as reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços, em canal único de Ouvidoria, integrado ao sistema e-Ouv.

Contudo, estendendo-se o atendimento para além dos usuários de serviços públicos, serão mantidos canais para recebimento de manifestações pela Comissão de Ética e Corregedoria da empresa.

No ano de 2021, conforme relatório emitido pela Comissão de Ética da NAV Brasil, foram recebidas 05 (cinco) manifestações classificadas como Denúncias, de diferentes áreas temáticas, que se encontram em processo de apuração. Além disso, a Comissão

⁸ Órgão de apoio ao controle interno.

⁹ Lei nº 13.460/2017 e Decreto nº 10.153/2019.

recebeu 11 (onze) demandas advindas da Comissão de Ética da Infraero, que foram submetidas à avaliação da Comissão de Ética Pública para a solução de conflito de competência, encontrando-se com apuração sobrestada até decisão daquele órgão consultivo.

20 Fatores de Risco

O amadurecimento da governança corporativa no âmbito da NAV Brasil assenta gradualmente as atividades de conformidade, controle interno e gerenciamento de riscos como fatores essenciais ao alcance dos objetivos estratégicos da empresa, visando tanto à identificação, ao tratamento das variáveis e à garantia da eficácia de seus controles, quanto ao norteamento estratégico das decisões institucionais e à efetividade do controle da integridade nos processos organizacionais.

Considerando os primeiros seis meses de gestão da empresa, foram desenvolvidas iniciativas importantes, destacando-se a definição dos objetivos estratégicos, a atribuição de competências de gerenciamento de riscos e o preparo da Política de Gerenciamento de Riscos.

Na avaliação do ambiente, desde a constituição da NAV Brasil, revelaram-se como fatores de risco à atuação empresarial, internos e externos, sendo propostas as seguintes ações mitigadoras:

| FATORES DE RISCO ¹⁰ | AÇÕES MITIGADORAS |
|---|---|
| Carência inicial de recursos humanos na administração central. | <ul style="list-style-type: none"> ○ Dimensionamento da força de trabalho necessária; ○ Alocação de pessoal por meio de movimentação de empregados do quadro permanente, contratação para cargo em comissão e contratação por tempo determinado; ○ Monitoramento da necessidade de pessoal; ○ Instrução do Plano de Funções definitivo. |
| Dependência temporária do apoio técnico e administrativo da Infraero. | <ul style="list-style-type: none"> ○ Mapeamento de serviços dependentes de apoio; ○ Contratação da Infraero para a prestação de apoio; ○ Plano de transição; ○ Treinamento do pessoal envolvido para absorção definitiva das atividades; ○ Levantamento de oportunidades de terceirização e rateio. |
| Governança corporativa não plenamente implantada. | <ul style="list-style-type: none"> ○ Aderência ao ambiente regulatório; ○ Definição dos órgãos de governança; ○ Alocação de recursos; ○ Treinamento de conselheiros e administradores; ○ Elaboração de documentos de governança; ○ Criação de Comitê de Governança, Riscos e Controles; |

¹⁰ Causas ou condições que dão origem à possibilidade de ocorrência de risco.

| | |
|---|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> ○ Designação de agentes de governança; ○ Treinamento de agentes de governança; ○ Avaliação de resultados (Plano de Negócios e Planejamento Estratégico); ○ Autoavaliação de maturidade de governança (IBGC)¹¹; ○ Avaliação periódica da SEST. |
| Cultura organizacional desalinhada em relação ao planejamento estratégico estabelecido. | <ul style="list-style-type: none"> ○ Pesquisa de ambiência corporativa; ○ Participação dos empregados em fluxos de governança; ○ Plano de negócios; ○ Aculturação dos empregados quanto ao Plano de Negócios e ao Planejamento Estratégico; ○ Canal de recebimento de manifestações (reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos). |
| Obsolescência ou degradação de sistemas e equipamentos de navegação aérea. | <ul style="list-style-type: none"> ○ Levantamento das necessidades operacionais; ○ Investimento e apoio a estudos tecnológicos; ○ Plano de incremento da capacidade operacional. |
| Estabelecimentos deficitários. | <ul style="list-style-type: none"> ○ Avaliação estratégica de manutenção ou desativação de estabelecimentos deficitários; ○ Investimento em instalações e equipamentos; ○ Planejamento de licitações a curto e médio prazo; ○ Plano de movimentação de pessoal, pautado em critérios objetivos; ○ Negociação de contratos terceirizados. |
| Ações políticas e judiciais decorrentes da extinção de estabelecimentos. | <ul style="list-style-type: none"> ○ Atuação transparente e objetiva; ○ Avaliação do setor jurídico e de conformidade em negociações com empregados e contratos de prestação de serviço. |
| Redução do tráfego aéreo devido a recrudescimento da Pandemia da COVID. | <ul style="list-style-type: none"> ○ Atendimento de orientações sanitárias; ○ Otimização de custos. |
| Pressão inflacionária sobre custos de fornecedores. | <ul style="list-style-type: none"> ○ Ampliação da base de fornecedores; ○ Maximização de contratos não indexados; ○ Avaliação técnica do mercado inflacionário; ○ Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos; ○ Avaliação do setor jurídico quanto ao aditamento contratual; ○ Renegociação de condições de reajuste (direito patrimonial disponível). |
| Inadimplência dos usuários dos Serviços de Navegação Aérea. | <ul style="list-style-type: none"> ○ Monitoramento de situações de inadimplência; ○ Relacionamento com os usuários; ○ Interações com o DECEA (responsável pela arrecadação das tarifas). |
| Insatisfação dos usuários dos Serviços de Navegação Aérea. | <ul style="list-style-type: none"> ○ Pesquisa de satisfação; ○ Canal de recebimento de manifestações (reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos); ○ Identificação de áreas deficitárias; ○ Prospecção de novos negócios e receitas. |

¹¹ Ferramenta gratuita do IBGC para autoavaliação da maturidade da governança corporativa, disponível no link <https://www.ibgc.org.br/metrica>

| | |
|---|---|
| <p>Ocorrência de acidente ou incidente aeronáutico grave relacionado com os serviços da Empresa¹².</p> | <ul style="list-style-type: none"> ○ Estabelecimento de procedimentos, treinamentos e formação de uma cultura forte de segurança operacional; ○ Plano de comunicação; ○ Contratação de seguro. |
| <p>Implantação de novas políticas públicas pelo governo federal associadas às atividades da Empresa.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ○ Avaliação da capacidade administrativa, operacional e financeira; ○ Avaliação de oportunidade de melhorias em negócios vigentes e implementação de novos negócios; ○ Alocação de recursos; ○ Atualização do Plano de negócios e planejamento estratégico; ○ Gestão de resultados. |

Figura 13 – Fatores e Risco e Ações Mitigadoras.

¹² Fatores contribuintes relacionados ao ATS surgem em 0,02% das ocorrências aeronáuticas entre 2012 e 2022 no Brasil (tais fatores foram citados em 22 das 944 investigações efetuadas no período), de acordo com os dados disponibilizados pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA, no link <https://dados.gov.br/dataset/ocorrencias-aeronauticas-da-aviacao-civil-brasileira/resource/9d8a7e09-5f75-47b3-891b-b5f1bab26d59>, consultado em 02/02/2022.

RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO

21 Gestão Orçamentária

O orçamento da NAV Brasil segue as diretrizes e determinações da Secretaria de Governança e Controle das Estatais – SEST, que estabelece o Programa de Dispêndios Globais – PDG como ferramenta de gestão e controle orçamentário das Empresas Estatais Federais.

Para 2021, o PDG previu o total de receitas, de R\$ 472,6 milhões, sendo R\$ 25 milhões de Receitas de Capital e R\$ 447,6 milhões de Receitas Correntes; além de despesas correntes na ordem de R\$ 324 milhões.



Figura 14 – Execução orçamentária.

Nesse contexto, foram iniciados estudos para a aquisição de ferramenta ERP orçamentária, visando à melhoria dos processos e maior possibilidade de acompanhamento de resultados.

Em 13 de dezembro de 2021, foi publicado o Decreto nº 10.892 que aprova o PDG para o exercício de 2022, nos seguintes termos:



Figura 15 – PDG 2022.

22 Gestão de Custos

O Sistema de Gestão de Custos da NAV Brasil utiliza a base dos dados da sua contabilidade para realizar os rateios de forma a apurar o resultado com os custos diretos e indiretos, além do resultado por atividade, sendo possível demonstrar a distribuição dos recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte, por atividade, dependência, grupo, conta e centro de custos.

Os custos da NAV Brasil originam-se da execução de sua atividade fim – provimento de Serviços de Navegação Aérea –, sendo majoritariamente composto pelo pagamento de salários, encargos e benefícios dos empregados que efetivamente atuam na prestação de tais serviços nas DNBs, como pode ser observado no gráfico a seguir.

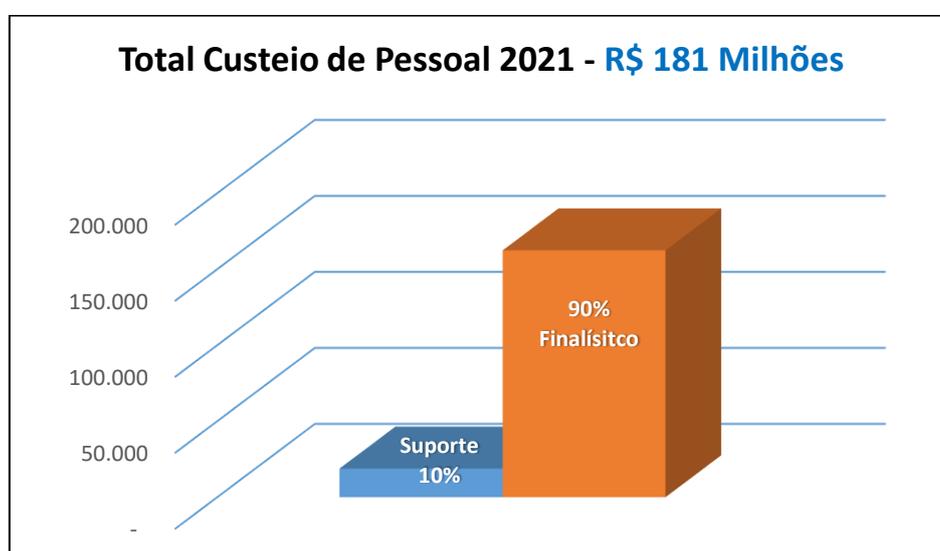


Figura 16 – Total do custeio com pessoal em 2021.

No que concerne às despesas com serviços de terceiros, o montante total realizado em 2021 foi de R\$ 10,9 Milhões.

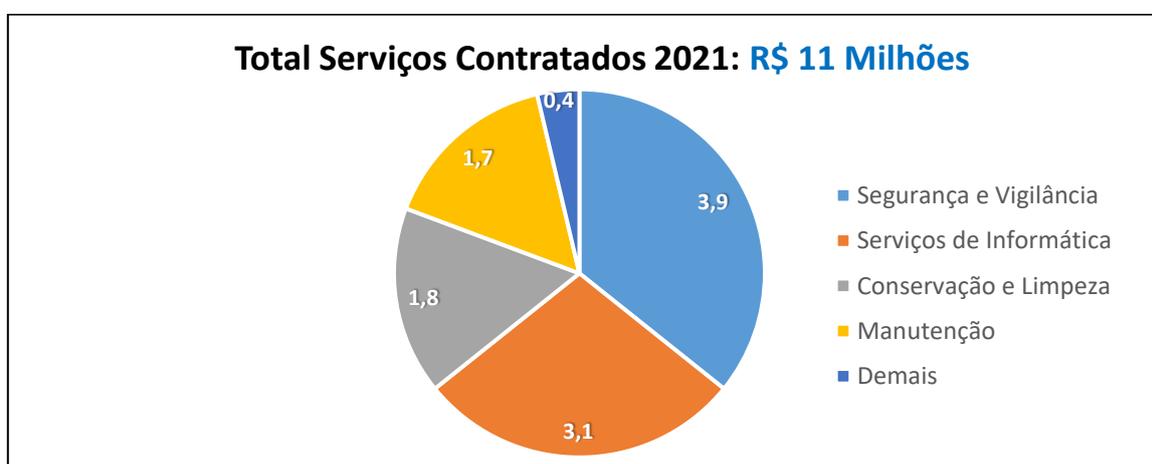


Figura 17 – Total de serviços contratados 2021.

Cumpramos ressaltar que as despesas operacionais são totalmente custeadas com recursos oriundos das Tarifas de Navegação Aérea pagas pelos usuários destes serviços, o que confirma a condição de empresa pública não dependente de recursos do Tesouro Nacional.

23 Gestão de Compras e Contratos

A gestão de licitações e contratos, a cargo da Gerência de Compras e Contratos, vinculada à Diretoria de Administração, atua no planejamento, na aquisição de bens e serviços, na realização de licitações, na gestão dos contratos, na aplicação de sanções e no estabelecimento dos atos normativos dos respectivos processos de trabalho, com o objetivo de atender com qualidade e tempestividade às necessidades da NAV Brasil.

Esse trabalho é realizado em conformidade com todo o arcabouço legal que rege o tema, em especial a Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da empresa, empregadas ferramentas de gestão e controle, como o Portal de Compras Governamentais do Governo Federal e o Portal de Licitações da NAV Brasil, disponível na página da empresa na Internet no link www.navbrasil.gov.br/licitacoes.

Durante o período compreendido entre 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, Gerência de Compras e Contratos recebeu 88 (oitenta e oito) contratos sub-rogados da Infraero, cujos objetos eram afetos à navegação aérea por ocasião da cisão parcial daquela empresa; celebrou 01 (um) contrato de despesa e emitiu 192 (cento e noventa e duas) ordens de compra, perfazendo uma execução total de R\$ 21.172.728,18 (vinte e um milhões, cento e setenta e dois mil, setecentos e vinte e oito reais, e dezoito centavos), conforme a seguir descrito:

| INSTRUMENTO | QUANTIDADE | VALORES EXECUTADOS (R\$) ¹³ |
|--|------------|--|
| Contratos de despesa sub-rogados ¹⁴ | 78 | 18.176.875,45 |
| Contratos de receita sub-rogados | 10 | 245.493,16 |
| Contratos de despesa celebrados | 1 | 1.867.270,00 |
| Ordens de compra emitidas | 192 | 883.089,57 |
| TOTAL EXECUTADO (R\$) | | 21.172.728,18 |

Tabela 1 – Totalização dos Contratos.

¹³ Valores executados no período de 1º jul. a 31 dez. 2021.

¹⁴ Sub-rogação de contratos da Infraero nos termos do que prevê o art. 18 da Lei nº 13.903/2019.

No que diz respeito à força de trabalho disponível para execução das atividades relacionadas à gestão de licitações e contratos no período considerado, a Gerência de Compras e Contratos vem sendo estruturada por uma equipe multidisciplinar, alcançando, no exercício findo, a seguinte composição:

| MÊS | Gerentes | Coordenadores | Assistentes | Total |
|------------|----------|---------------|-------------|----------|
| JUL | 1 | - | - | 1 |
| AGO | 1 | - | 1 | 2 |
| SET | 1 | - | 2 | 3 |
| OUT | 1 | 2 | 1 | 4 |
| NOV | 1 | 2 | 3 | 6 |
| DEZ | 1 | 2 | 4 | 7 |

Tabela 2 – Estruturação da Gerência de Compras e Contratos.

24 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

No exercício findo, que refletem os primeiros meses de atividade da NAV Brasil, a atividade de gestão patrimonial e de infraestrutura concentrou-se particularmente no reconhecimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, e na regularização do patrimônio recebido da Infraero e da Aeronáutica, reconhecida sua importância para o processo de identificação das reais necessidades da empresa com vistas a realizar um planejamento orçamentário sólido e preciso para os anos seguintes.

Nesse sentido, o patrimônio móvel (imobilizado) da NAV Brasil, componente de seu capital social, foi conferido, em cada Dependência, a fim de atualizar os respectivos inventários¹⁵, e se mantém objeto de atualização mensal, com a devida depreciação contábil, a fim de aferir o recolhimento tributário.

Quanto ao patrimônio imobiliário, durante o processo de constituição da NAV Brasil, foi realizado um levantamento sobre todos os imóveis e as benfeitorias afetos à prestação do serviço de navegação aérea, com o propósito de definir a transferência da Infraero, bem como classificar os bens que realmente interessavam à consecução dos objetivos da nova companhia, estabelecendo-se os procedimentos para a sua gestão, bem como as etapas para a destinação daqueles que não tivessem aplicação. Nesse aspecto, foi regularizado o recolhimento à União (COMAER), dos valores referentes aos descontos em folha dos empregados que ocupam regularmente Próprios Nacionais Residenciais (PNR), em consonância com a legislação e a normatização da empresa.

¹⁵ Processo iniciado em 2021 e concluído já em 2022.

A Gerência de Infraestrutura de Documentação (DAID) incumbiu-se de preparar os ambientes de trabalho no prédio da Administração Central da NAV Brasil, cedido pelo DECEA e localizado dentro do Complexo Santos Dumond, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

No que tange ao suporte às Dependências da NAV Brasil distribuídas no território nacional, a empresa recebeu os processos pendentes, referentes à desmobilização de 14 (catorze) antigas Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) desativadas ainda sob a gestão da Infraero. Nesse sentido, foram organizados Grupos de Trabalho, gerenciados pela DAID, para promover a conferência e avaliação de todo o patrimônio móvel, conferindo-lhe a devida destinação, bem como para vistoriar o patrimônio imóvel e as benfeitorias, para a adequada transferência do patrimônio localizado nos sítios aeroportuários aos novos administradores desses locais. Ao todo, 11 (onze) processos foram finalizados e 03 (três) estão em vias de serem encerrados.

Já sob a gestão da NAV Brasil, entre 2021 e janeiro de 2022, as DNBs em SBJC (Belém-PA), em SBPC (Poços de Caldas-MG) e SBEK (Jacareacanga-PA) foram desativadas, e os processos de desmobilização foram devidamente orientados pela DAID, e seguem com a finalização dos inventários de bens móveis e a vistoria dos imóveis, pelos gerentes locais, para sua adequada destinação.

A DAID atua ativamente na instrução de conformidade aos processos de demandas relacionadas à aquisição de material e à contratação de serviços de engenharia para a adequação das instalações da companhia, em alinhamento com a Lei nº 13.303/2016 e com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da NAV Brasil.

25 Gestão de Pessoas

A força de trabalho da NAV Brasil é composta por:

| | |
|--|--|
| <p>Membros estatutários (Presidente e Diretores)</p> <p>Empregados transferidos da Infraero por sucessão trabalhista</p> <p>Empregados contratados para Cargos de Livre Provisão e Exoneração</p> |  |
|--|--|

Como já exposto, a constituição da NAV Brasil se deu a partir da cisão parcial da Infraero, de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 13.903/2019, que autorizou o Poder

Executivo federal a criar a empresa. Conforme esse mesmo diploma legal, em seu art. 12, §2º, “*O quadro inicial de pessoal da NAV Brasil será composto pelos empregados da Infraero que, em 1º de setembro de 2018, já exerciam atividades diretamente relacionadas com a prestação de serviços de navegação aérea, transferidos por sucessão trabalhista, sem caracterizar rescisão contratual.*”.

Ato contínuo, por meio da Portaria SEST/SEDDM/ME nº 12.771, de 27 de outubro de 2021, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia aprovou o quantitativo de pessoal próprio da NAV Brasil, limitado a 1.698 profissionais.

No exercício findo, além dos 3 (três) Diretores, a NAV Brasil contava com 1.664 empregados, dos quais 1.628 concursados oriundos da Infraero, e 36 ocupantes de Cargos de Livre Provisão.

Com efeito, o dimensionamento de pessoal permanente da NAV Brasil para realizar os processos de gestão/suporte dependerá da eficácia desses processos e do volume de serviços demandado, parâmetros que somente serão possíveis avaliar com precisão, após um ciclo de pelo menos 1 (um) ano, a partir de quando será possível o planejamento para a realização de concurso público.

Adicionalmente, de modo a minimizar os riscos de comprometimento de funções essenciais da empresa que a celeridade na transição Infraero / NAV Brasil possa gerar, foram iniciados estudos para *outsourcing* nas áreas contábil, fiscal, de pessoal e de tecnologia da informação, aliados à uma política severa de controle de custos e despesas instituída para fazer frente aos objetivos institucionais.

De fato, a constituição da empresa cujo único objetivo é a prestação de serviços de navegação aérea justificou-se, sob o ponto de vista econômico, na alocação mais eficiente de recursos, por definição, escassos, devendo ser internalizados, pela nova entidade, conceitos de gestão próprios do setor privado, maximizando ganhos de eficiência na prestação do serviço público.

25.1 Estratificação dos Empregados

Muito importante registrar que a grande maioria dos empregados da NAV Brasil é oriunda da Infraero, tendo sido selecionados por meio de concurso público realizado por aquela companhia, de forma que a nova gestão não dispõe de ingerência sobre a diversidade de seu efetivo.

a. **Gênero:** Do total de empregados, 479 são mulheres e 1.185 homens.

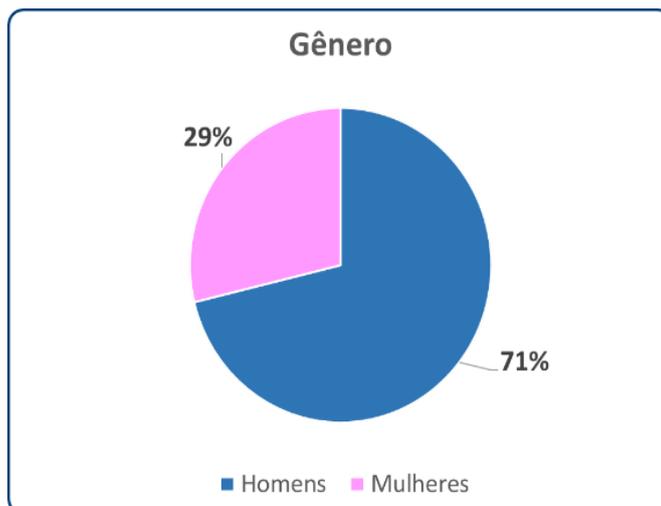


Figura 18 – Distribuição por gênero.

b. **Diversidade etária:** Como o último concurso realizado pela Infraero aconteceu no ano de 2011, há uma predominância de profissionais mais experientes.

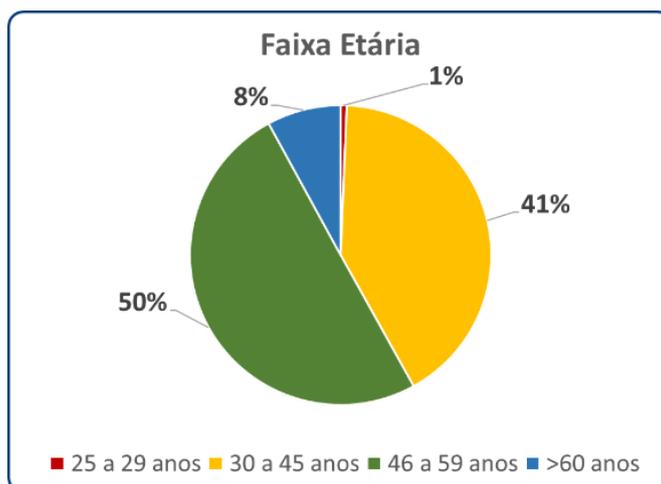


Figura 19 – Distribuição etária.

c. **Diversidade étnica:** a autoavaliação dos empregados revela uma predominância de empregados brancos, com quase 70% da força de trabalho.

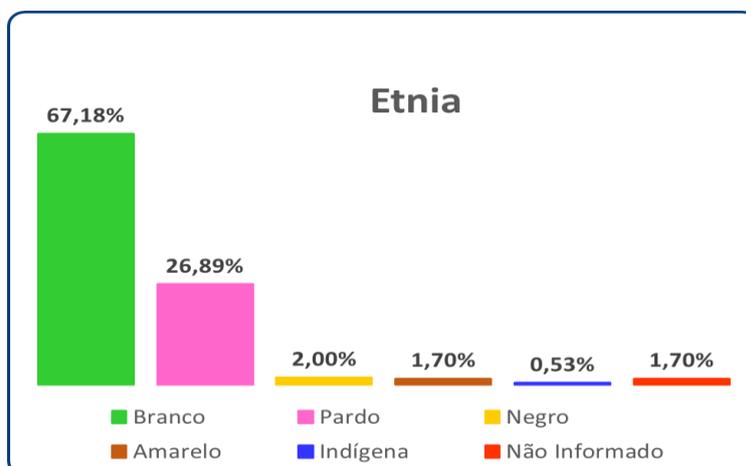


Figura 20 – Distribuição étnica.

- d. **Com relação à função exercida**, restou evidente que a grande maioria está ligada à atividade fim (89%).

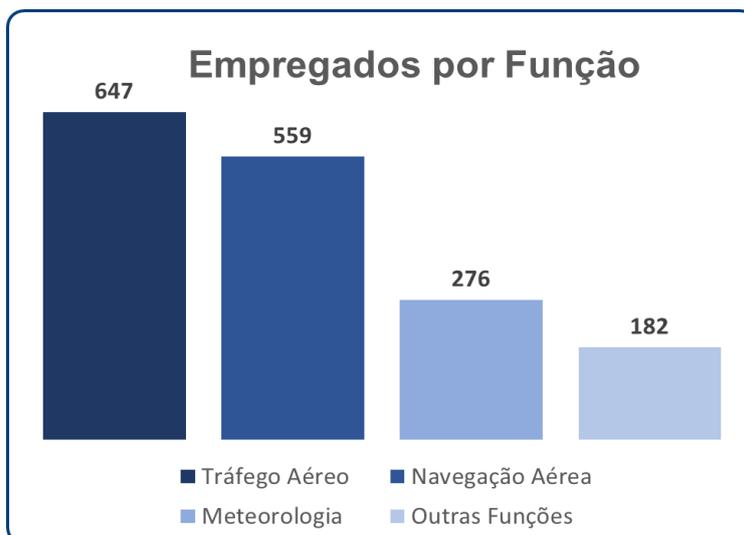


Figura 21 – Distribuição por função.

25.2 Fundo de Seguridade

A INFRAPREV é um fundo multipatrocinado, cujo patrocinador-fundador é a empresa Infraero, e do qual os empregados concursados da NAV Brasil fazem parte. Este fundo tem por objetivo garantir o pagamento de aposentadorias aos seus participantes e pensões aos beneficiários.

Em 2021, o montante de contribuições ao fundo relativo à NAV Brasil foi:

- 💰 Por parte dos empregados: R\$ 6,07 Milhões;
- 💰 Por parte da NAV Brasil (patrocinadora): R\$ 5,8 Milhões.

26 Gestão de Tecnologia da Informação

O ano de 2021 representou, para a gestão de Tecnologia da Informação, um período de planejamento da estrutura própria da NAV Brasil, quando foram utilizadas ferramentas disponibilizadas pela Infraero por meio de contrato celebrado entre as partes, em conformidade o previsto na Lei nº 13.903/2019.

Em relação à Infraestrutura de TI, foram realizadas as seguintes atividades:

- 💻 Validação dos serviços prestados pela Infraero;
- 💻 Suporte a todos os sistemas e atividades de TI da NAV Brasil;
- 💻 Gestão dos contratos de TI sub-rogados à NAV Brasil.

Também foi iniciado o planejamento das seguintes atividades:

- 💻 Criação da Infraestrutura computacional da NAV Brasil;

- ☒ Utilização de Infraestrutura em *nuvem multcloud* – adesão à ARP do Ministério da Economia;
- ☒ Migração dos sistemas corporativos da NAV Brasil para a nova infraestrutura que representa o início de desacoplamento da infraestrutura da Infraero;
- ☒ Aquisição de licenças Microsoft;
- ☒ Criação de endereços de correio eletrônico com identidade própria da empresa;
- ☒ Distribuição de licença de Microsoft Office a todos os empregados da NAV Brasil;
- ☒ Migração dos portais de informação da antiga plataforma para o novo ambiente da NAV Brasil;
- ☒ Aquisição de 400 computadores administrativos;
- ☒ Contratação de Rede de Dados de Longa Distância SD-WAN.

Em relação a Sistemas, a atuação se deu em duas frentes:

- ☒ Adesão da NAV Brasil aos sistemas adquiridos da Infraero;
- ☒ Análise de cenários sobre a necessidade de novos sistemas para suportar a operação.

27 Sustentabilidade Ambiental

A NAV Brasil orienta seu planejamento a partir do GANP – *Global Air Navigation Plan* (DOC 9750, 2016-2030), em português “Plano Global de Navegação Aérea”, documento estratégico de navegação aérea mais importante produzido pela OACI - Organização da Aviação Civil Internacional e, em âmbito nacional, nos documentos expedidos pelo Comando da Aeronáutica: DCA nº 351-2, que institui uma Diretriz sobre a Concepção Operacional ATM Nacional (CONOPS); o PCA 11-368, com o Plano Geral de Controle do Espaço Aéreo (PGCEA); e o PCA 351-3, que estabelece o Plano de Implementação ATM Nacional (PIMP).

Com tais premissas, a NAV Brasil apoia iniciativas que contribuem para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que integram a Agenda 2030, criada pelas Nações Unidas para orientar o mundo para um futuro melhor, visando combater a pobreza e a desigualdade, assegurar o respeito aos direitos humanos, promover a preservação do meio ambiente e combater as mudanças climáticas.

O Programa de Sustentabilidade Socioambiental da NAV Brasil é composto por 7 linhas de atuação, com foco em temas estratégicos para a empresa e nas prioridades das áreas em que atua.

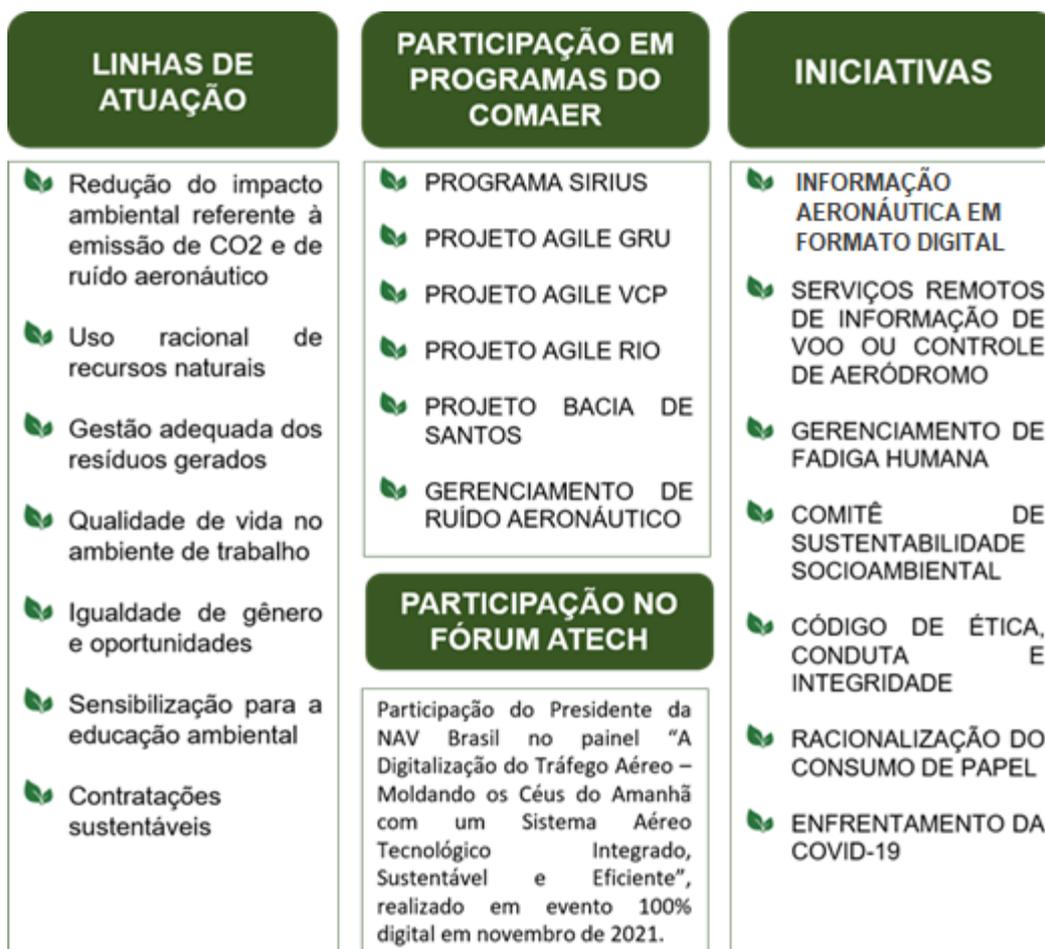


Figura 22 – Programa de Sustentabilidade Socioambiental da Empresa.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

28 Indicadores de Desempenho e Lucratividade

O contexto em que se insere a nova estatal demanda uma série de evoluções, notadamente em relação à mencionada infraestrutura administrativa que, embora esteja sendo constituída e implementada em curto espaço de tempo desde a sua criação, implicou no adiamento da realização de despesas necessárias à manutenção e à modernização das instalações e da infraestrutura operacional. O adiamento dessas despesas, embora não tenha impactado a prestação dos serviços, refletiu nos resultados apresentados na demonstração financeira de 2021, conforme disposto no quadro a seguir:

| DISCRIMINAÇÃO | 2021 |
|-------------------------------|--------------------|
| Resultado | R\$ milhões |
| Receita Operacional Líquida | 389,2 |
| Despesa Operacional | (315,1) |
| Outras Receitas | 19,5 |
| Resultado Líquido | 93,6 |
| Valores Patrimoniais | R\$ milhões |
| Imobilizado e Intangível | 69,5 |
| Patrimônio Líquido | 100,2 |
| Principais Indicadores | % |
| Liquidez Corrente | 1,6 |
| Margem Líquida | 24 |
| Margem EBITDA | 22,9 |

Tabela 3 – Dados econômico-financeiro 2021

Em elucidação, o Resultado Líquido do exercício, obtido pela diferença entre as receitas operacionais e o montante dos custos necessários à manutenção das atividades operacionais, foi de R\$ 93,6 milhões. Embora já mencionado, vale ressaltar tratar-se de um resultado apurado em um período de apenas seis meses, influenciado, em parte, pela impossibilidade administrativa da realização de despesas, adiadas para o próximo exercício.

Em relação ao Imobilizado e Intangível, registra-se o acréscimo decorrente da reversão da provisão para redução ao valor recuperável (*Impairment*), reconhecido inicialmente pela Infraero, no valor de R\$ 18,0 milhões, e absorvidos pela NAV Brasil por

ocasião da cisão daquela empresa. A reversão ocorreu no encerramento do exercício e aumentou o saldo da conta para R\$ 69,5 milhões, já considerada a depreciação do período.

No que se refere ao Patrimônio Líquido, cumpre destacar que, devido ao resultado positivo de 2021, a empresa alcançou o saldo de R\$ 100,2 milhões, constituído por R\$ 51,7 milhões de Capital Social, sendo R\$ 26,7 milhões oriundos do patrimônio cindido da Infraero, somados aos R\$ 25,0 milhões do aporte feito pela União para a integralização do Capital Inicial da Empresa, além de R\$ 93,6 milhões de lucros acumulados no período, distribuídos conforme deliberação da Administração demonstrada na tabela abaixo:

| Descrição | Valor em R\$ |
|--|-------------------|
| Reserva Legal - 5% do Lucro Líquido do exercício de 2021 | 4.678.723 |
| Juros sobre Capital Próprio | 1.325.321 |
| Distribuição de Dividendos | 16.292.664 |
| Reserva de Retenção de Lucros ¹ | 50.744.108 |
| Aumento de Capital Social | 20.533.634 |
| Lucro Líquido do Exercício | 93.574.450 |

1 - Valores a serem deliberados na Assembleia.

Tabela 4 – Proposta de Destinação do Lucro

O Plano de Aplicação do Saldo do Lucro está discriminado no quadro a seguir:

| Plano de Aplicação da Reserva de Lucros | |
|---|-------------------|
| Descrição | Valores em R\$ |
| Manutenção e Adequação de Bens Imóveis | 31.541.664 |
| Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos e Máquinas | 4.334.845 |
| Manutenção de Equipamentos de Informática e Teleprocessamento | 35.401.233 |
| Total | 71.277.742 |

Tabela 5 – Plano de Aplicação da Reserva de Lucros

O índice de Liquidez Corrente de 1,6% indica uma boa saúde financeira da empresa para cumprir com suas obrigações de curto prazo. O saldo de contas a receber representa 85,7% do ativo circulante total, em decorrência da dinâmica de repasses das tarifas cujo prazo médio decorrido entre o faturamento e o efetivo repasse é de 60 dias, sendo baixo o nível de inadimplência e, portanto, reduzido o risco de impactos negativos no caixa da empresa.

A apuração de receitas em montante superior aos gastos realizados permitiu à NAV Brasil superar a meta de sustentabilidade empresarial e encerrar o exercício com uma Margem Líquida de 24%.

O indicador Margem EBITDA mede o percentual que a Empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros, de impostos e depreciação. O resultado de 22,9%, apresentado para esse indicador, demonstra o potencial de geração de caixa da atividade de prestação de serviços de navegação aérea.

Com efeito, considerando que as Tarifas de Navegação Aérea pagas pelos usuários dos serviços constituem a fonte primária de receita para a NAV Brasil, o principal fator para alavancar o crescimento da receita foi a retomada do tráfego aéreo decorrente da redução das medidas restritivas da Pandemia da COVID, no 2º semestre de 2021.

29 Resultados Econômico-Financeiros

Receitas de Tarifas de Navegação Aérea

A Receita Bruta proveniente das Tarifas de Navegação Aérea totalizou o valor de R\$ 427,4 milhões no exercício de 2021, sendo constituída pelas tarifas TAT (Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Área de Controle Remoto e Área de Controle de Aproximação), no valor de R\$ 152,8 milhões, e pelas tarifas TAN (Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota), no valor de R\$ 274,6 milhões.

Receitas Comerciais

As Receitas Comerciais referem-se aos serviços de Telecomunicações Aeronáuticas e Atendimentos Extraordinários a Aeronaves, comercializados pela NAV Brasil.

As Receitas Comerciais em 2021 totalizaram o valor de R\$ 597,6 mil, sendo composto por 95,1% de receita proveniente dos serviços de Atendimentos Extraordinários a Aeronaves e 4,9% dos serviços de Telecomunicações Aeronáuticas.

Outras Receitas

Receita não operacional decorrente dos ganhos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos apurados sobre as Diferenças Temporárias.

Despesas de Pessoal

São consideradas as despesas com empregados e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria.

O quadro de pessoal da NAV Brasil é composto por empregados públicos, oriundos de concursos, e empregados comissionados, todos sob o regime de trabalho celetista.

As despesas de pessoal atingiram o montante de R\$ 87,6 milhões em 2021, com um aumento gradativo ao longo dos meses, decorrente das contratações necessárias para adequação da infraestrutura administrativa.

Serviços de Terceiros

As despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 10,9 milhões em 2021. Além disso, foi provisionado o valor de R\$ 12,4 milhões, referente aos serviços prestados pela Infraero na competência do ano de 2021, visto que a NAV Brasil se mantém apoiada administrativamente, por meio de contrato estabelecido com a Infraero, conforme previsão do art. 19 da Lei nº 13.903/2019.

Quanto às manutenções preventivas e corretivas necessárias nos equipamentos e sistemas das Dependências da NAV Brasil, cabe ressaltar que não ocorreram de forma significativa no exercício de 2021, visto que se basearam nas sub-rogações contratuais da Infraero previstas na Lei 13.903, sendo gradativamente implementadas em 2022, à medida que as estruturas das áreas administrativas adquiram capacidade para suportar as licitações e contratos necessários.

Resultado Operacional Bruto

O resultado do exercício, obtido pela diferença entre as receitas operacionais e o montante dos custos necessários à manutenção das atividades operacionais, foi de R\$ 93,6 milhões, devido, em parte, ao adiamento de despesas de manutenção da infraestrutura.

30 Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial - Ativo

| | <u>Notas explicativas</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--------------------------------------|-------------------------------|-------------------|
| Ativo | | |
| Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 21.433 |
| Contas a receber | 6 | 184.027 |
| Estoques | | 7.103 |
| Impostos a recuperar | 7 | 74 |
| Adiantamento para empregados | | 71 |
| Despesas antecipadas | | 1.914 |
| Outros ativos | | 7 |
| Total do ativo circulante | | 214.629 |
| Não circulante | | |
| Depósitos judiciais | 9 | 1.563 |
| Tributos diferidos | | 33.539 |
| Imobilizado | 8 | 68.845 |
| Intangível | 8 | 657 |
| Total do ativo não circulante | | 104.604 |
| Total do ativo | | 319.233 |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanço Patrimonial - Passivo

| | Notas explicativas | 31/12/2021 |
|--|-----------------------|----------------|
| Passivo | | |
| Circulante | | |
| Fornecedores de bens e serviços | 10 | 32.509 |
| Cauções de terceiros | | 24 |
| Encargos trabalhistas | 11 | 52.056 |
| Tributos a recolher | 7 | 26.764 |
| Recursos de terceiros | 12 | 11 |
| Previdência complementar | | 1.917 |
| Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a | 14.c | 17.618 |
| Outras obrigações | 13 | 1.301 |
| Total do passivo circulante | | 132.200 |
| Não circulante | | |
| Benefício pós-emprego | 17 | 80.911 |
| Provisão para contingências | 9 | 5.912 |
| Total do passivo não circulante | | 86.823 |
| Patrimônio líquido | | |
| Capital social | 14.a | 51.714 |
| Reserva Legal | | 4.679 |
| Reserva de Lucros | | 71.277 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | 14.b | (27.460) |
| Total do patrimônio líquido | | 100.210 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 319.233 |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração de Resultado

| | Notas explicativas | 31/12/2021 |
|---|-----------------------|----------------|
| Receita operacional líquida | 15 | 389.184 |
| Custos dos serviços prestados | 16 | (28.290) |
| Lucro operacional bruto | | 360.894 |
| Despesas gerais e administrativas | 16 | (219.999) |
| Outras despesas | | - |
| Outras receitas | | 148 |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro | | 141.043 |
| Despesas financeiras | | - |
| Receitas financeiras | | - |
| Resultado financeiro líquido | | - |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 141.043 |
| (-) Imposto de renda e contribuição social | | (66.863) |
| (+) Imposto de renda e contribuição social diferidos | 18 | 19.394 |
| Resultado líquido do período | | 93.574 |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes

| | <u>31/12/2021</u> |
|--|----------------------|
| Prejuízo / lucro do período | <u>93.574</u> |
| Benefício pós-emprego | (41.606) |
| Tributos s/ Ajuste de avaliação patrimonial | 14.146 |
| Total de resultados abrangentes do período | <u>66.114</u> |
| Total de resultados abrangentes atribuível aos: | |
| Acionistas | <u>66.114</u> |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | Notas explicativas | Capital social | Reserva Legal | Reserva de Lucros | Lucros acumulados | Ajuste de avaliação patrimonial | Total |
|--|-----------------------|-------------------|------------------|----------------------|----------------------|---------------------------------------|----------------|
| Em 30 de junho de 2021 (Data de Constituição) | | <u>51.714</u> | - | - | - | - | <u>51.714</u> |
| Dividendos e Juros sobre Capital Próprio | | - | - | - | (17.618) | - | (17.618) |
| Reserva Legal | | - | 4.679 | - | (4.679) | - | - |
| Reserva de Lucros | | - | - | 71.277 | (71.277) | - | - |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | - | - | - | - | (41.606) | (41.606) |
| Tributos s/ ajuste de avaliação patrimonial | | - | - | - | - | 14.146 | 14.146 |
| Lucro do período | | - | - | - | 93.574 | - | 93.574 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 14 | <u>51.714</u> | <u>4.679</u> | <u>71.277</u> | <u>-</u> | <u>(27.460)</u> | <u>100.210</u> |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa

| | 31/12/2021 |
|---|----------------|
| Lucro (prejuízo) líquido do período | 93.574 |
| Itens que não afetam o caixa operacional | |
| Ajuste de avaliação patrimonial | (27.460) |
| Provisões para processos tributários, cíveis e trabalhistas | 1.619 |
| Depreciação e amortização | 4.293 |
| Perda por redução do ativo imobilizado e intangível | (17.985) |
| Benefício pós-emprego | 80.911 |
| | 134.952 |
| Variações nos ativos e passivos | |
| Contas a receber | (184.027) |
| Estoques | 2.799 |
| Impostos, taxas e contribuições a recuperar | (74) |
| Adiantamento para empregados | 3.956 |
| Despesas antecipadas | (1.914) |
| Outros ativos | (7) |
| Depósitos judiciais | (298) |
| Tributos diferidos | (33.539) |
| Fornecedores de bens e serviços | 32.509 |
| Cauções de terceiros | 24 |
| Encargos trabalhistas | 12.087 |
| Impostos, taxas e contribuições a recolher | 26.764 |
| Previdência complementar | 1.917 |
| Outras obrigações | 1.301 |
| Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais | (3.550) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | |
| Aquisições de imobilizado / intangível | (72) |
| Recursos de terceiros | 11 |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento | (61) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | 44 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | 44 |
| Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa | (3.567) |
| Caixa do início do período (Nota 14.a) | 25.000 |
| Caixa do final do período | 21.433 |
| Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa | (3.567) |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

31 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31.1 Contexto operacional

A NAV Brasil, empresa pública sob a forma de sociedade por ações, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, teve sua criação pelo Poder Executivo autorizada através da Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2019.

Com tal embasamento legal, a Empresa foi criada em 30 de junho de 2021, conforme disposto no Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020, mediante versão do patrimônio cindido da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero relativo à atividade de navegação aérea e pelo aporte de recursos realizado pela União.

A NAV Brasil tem por objeto implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea que lhe for atribuída pelo Comandante da Aeronáutica.

No desempenho de suas atribuições, tendo em vista a estrutura integrada do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, a NAV Brasil atuará de forma complementar à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, de responsabilidade do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e, por conseguinte, de interesse estratégico para a segurança nacional.

A NAV Brasil deverá assegurar a compatibilidade e a interoperabilidade de equipamentos, materiais e sistemas por ela utilizados na prestação dos serviços de navegação aérea com aqueles empregados pelo Comando da Aeronáutica no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

31.2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

b) Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do País. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos:

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, se o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A Empresa foi constituída em 30 de junho de 2021, por essa razão as demonstrações Financeiras não estão sendo apresentadas de forma comparativa.

As demonstrações financeiras da Companhia foram autorizadas a serem emitidas pela Administração em 23 de março de 2022.

31.3 Principais políticas contábeis

A empresa aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

A NAV Brasil classifica os recursos financeiros de caixa e bancos, de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa, cuja finalidade é atender aos compromissos de caixa de curto prazo, tendo as suas conversibilidades imediatas em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Ativos financeiros não derivativos

i. A NAV Brasil classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

ii. A NAV Brasil classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

- Caixa e bancos;
- Contas a receber; e

- Depósitos judiciais.

iii. Mensuração

No reconhecimento inicial, a NAV Brasil mensura um ativo financeiro ao valor justo, acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

iv. *Impairment*

A NAV Brasil avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *Impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

v. Outros instrumentos financeiros

Em relação aos passivos financeiros a NAV Brasil detém em suas operações: dívidas com fornecedores, garantias caucionárias para assegurar o cumprimento dos contratos (Manutenção, limpeza, vigilância, dentre outros), a serem devolvidas à medida que os contratos se encerram, dívidas referentes à previdência privada complementar e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são mensurados a custo amortizado.

c) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa. Com objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, essas contas são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (*Impairment*).

É aplicada a abordagem simplificada, conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48, e, por isso, reconhecem-se as perdas esperadas ao longo da vida útil, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

d) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição ajustados à eventuais perdas, quando aplicável.

e) Impostos, taxas e contribuições

i. Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar é o crédito que constitui moeda de pagamento de tributos da mesma espécie ou não, e estão sendo tecnicamente movimentados de acordo com a legislação vigente aplicada à matéria, sendo que há perspectivas reais de realização.

ii. Impostos a recolher - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflita as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no CPC n.º 32. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

A NAV Brasil, de acordo com o CPC n.º 32 – Tributos sobre o Lucro, e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente, ou na existência de fatos relevantes que modifiquem as premissas adotadas.

f) Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da NAV Brasil, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens e a perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*), quando aplicável.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, sendo que os eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo através de alienação (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Todo o grupo de ativos tangíveis, exceto o imobilizado em andamento, passou pelo teste de "recuperabilidade" (*Impairment*).

h) Intangível

O ativo intangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor

recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (*Impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente, para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

i) Provisões e Passivos

i. Provisões para riscos contingenciais

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação/desembolso de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista e outros. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na nota 9.

ii. Passivos Contingentes

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são

evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme nota 9.

j) Benefícios a empregados

A Empresa concede benefícios a empregados, incluindo previdência privada, assistência médica (Programa Auxílio Saúde – PAS), assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, entre outros. O benefício odontológico é oferecido por meio de empresas de prestação de serviços odontológicos, para atendimento a seus empregados, filhos, enteados, menor sob tutela e seu cônjuge ou companheiro(a). O PAS é um auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório, realizado mediante ressarcimento, ofertado a empregados, seus dependentes legais, aposentados, pensionistas, membros da diretoria e contratado(a) para exercício exclusivo de cargo em comissão.

A NAV Brasil é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV. Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela patrocinadora. A avaliação atuarial é realizada, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio, até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se os direitos aos benefícios já tiverem sido adquiridos, os custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as

obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Empresa e não podem ser pagos diretamente a Empresa. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Ganhos e perdas atuariais são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais. São reconhecidos na demonstração do resultado abrangente.

k) Reconhecimento de Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando a mesma puder ser mensurada confiavelmente:

i. Receita da prestação de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

ii. Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

l) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do

resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

i. Julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Empresa, é necessário utilizar julgamentos para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários. A aplicação de julgamentos resulta em valores estimados na contabilização das provisões necessárias para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Assim, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas. Ambos, são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

ii. Estimativas e premissas contábeis significativas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

o) **Apuração do Resultado**

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

p) **Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante**

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76, alterados pelas Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09.

31.4 **Novas normas, alterações e interpretações contábeis**

a) **Mudanças nas principais políticas contábeis:**

Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotá-las, se cabível, quando entrarem em vigor.

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

31.5 **Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

| | <u>31/12/2021</u> |
|--------------|----------------------|
| Bancos | 21.433 |
| Total | <u>21.433</u> |

Uma das prioridades da gestão financeira da NAV Brasil foi o controle eficiente do fluxo de caixa, tendo em vista a necessidade de adequação à Sistemática de Remuneração dos Serviços de Navegação Aérea Prestados pela NAV Brasil, estabelecidas na ICA 12-35/2021, do Comando da Aeronáutica, que estabelece um lapso de tempo considerável entre o faturamento e o efetivo repasse dos recursos.

Desse modo, o maior destaque relacionado aos recebimentos deveu-se aos repasses realizados pelo Comando da Aeronáutica, viabilizados pelo DECEA. Baseado em acompanhamento tempestivo da saúde financeira, o caixa total no final do exercício ficou em R\$ 21.433.

Os saldos disponíveis em contas bancárias no último dia de cada mês foram priorizados para o pagamento dos salários no primeiro dia útil do mês subsequente, inviabilizando qualquer possibilidade de aplicação financeira. Em relação às saídas de caixa, destacam-se as despesas com pessoal, representando 38%, e os impostos, representando 35% dos pagamentos efetuados no exercício de 2021.

31.6 Contas a receber

O saldo de contas a receber está apresentado pelo valor original com a seguinte composição.

a) Composição do Contas a Receber

| | <u>31/12/2021</u> |
|--|-----------------------|
| Comunicação Aux. Nav. Aérea e Comerciais | 184.027 |
| Total | <u>184.027</u> |
| | |
| Circulante | 184.027 |
| Total | <u>184.027</u> |

31.7 Impostos, taxas e contribuições

a) Tributos a recuperar

O saldo de Impostos a Recuperar no montante de R\$ 74, compreende créditos tributários de curto prazo recuperáveis, provenientes de créditos de PIS e COFINS.

| | <u>31/12/2021</u> |
|--------------|-------------------|
| PIS e COFINS | 74 |
| Total | <u>74</u> |

b) Tributos a recolher

| | <u>31/12/2021</u> |
|---|----------------------|
| PIS e COFINS | 8.019 |
| INSS s/ terceiros | 40 |
| Impostos a recolher (retenção) - Lei 9.430/96 | 99 |
| ISS a recolher | 76 |
| IRRF | 6 |
| IRPJ | 13.616 |
| CSLL | 4.908 |
| Total | <u>26.764</u> |

31.8 Imobilizado e intangível

a) Composição imobilizado

| | <u>31/12/2021</u> |
|------------------------------|----------------------|
| Custo histórico | 126.678 |
| Depreciação | (57.833) |
| Redução ao valor recuperável | - |
| Total | <u>68.845</u> |

b) Movimentação imobilizado

| IMOBILIZADO | | | | | | |
|-------------------------------|----------------------------|--|-----------------------|-----------------|-----------------------|----------------------------|
| | <u>Taxa de Depreciação</u> | <u>Saldo em 30/06/2021</u> (Proveniente da Cisão) | <u>Adições</u> | <u>Baixa</u> | <u>Transf</u> | <u>Saldo em 31/12/2021</u> |
| Custo | | | | | | |
| Edificações e Benfeitorias | | 69 | - | - | - | 69 |
| Imobilização em Andamento | | 12.143 | - | - | (12.143) | - |
| Instalações, Maquinas e Equip | | 93.191 | 22.941 | - | - | 116.132 |
| Móveis e Utensílios | | 6.371 | 29 | - | - | 6.400 |
| Veículos | | 3.919 | 12 | - | - | 3.931 |
| Outros | | 10.913 | - | - | (10.766) | 147 |
| Redução ao Valor Recuperável | | (17.249) | - | - | 17.249 | (0) |
| Total | | <u>109.357</u> | <u>22.981</u> | <u>-</u> | <u>(5.660)</u> | <u>126.678</u> |
| Depreciação acumulada | | | | | | |
| Edificações e Benfeitorias | 4% e 10% a.a. | (66) | - | - | - | (66) |
| Instalações, Maquinas e Equip | 10% e 5% a.a. | (45.262) | (3.982) | - | - | (49.244) |
| Móveis e Utensílios | 10% a.a. | (4.596) | (177) | - | - | (4.773) |
| Veículos | 25% a.a. | (3.609) | (16) | - | - | (3.625) |
| Outros | | (123) | (2) | - | - | (125) |
| Total | | <u>(53.656)</u> | <u>(4.177)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(57.833)</u> |
| Imobilizado líquido | | <u>55.701</u> | <u>18.804</u> | <u>-</u> | <u>(5.660)</u> | <u>68.845</u> |

c) Composição intangível

| | 31/12/2021 |
|------------------------------|------------|
| Custo histórico | 5.974 |
| Amortizações | (5.317) |
| Redução ao valor recuperável | - |
| Total | 657 |

d) Movimentação intangível

| | Taxa de Depreciação | Saldo em 30/06/2021 (Proveniente da Cisão) | Adições | Baixa | Transf | Saldo em 31/12/2021 |
|------------------------------|---------------------|---|--------------|------------|----------|---------------------|
| Custo | | | | | | |
| Licença de uso de software | | 5.974 | - | - | - | 5.974 |
| Redução ao valor recuperável | | (736) | - | 736 | - | - |
| Total | | 5.238 | - | 736 | - | 5.974 |
| Amortização acumulada | | | | | | |
| Licença de uso de software | 20% a.a. | (5.202) | (115) | - | - | (5.317) |
| Total | | (5.202) | (115) | - | - | (5.317) |
| Intangível líquido | | 36 | (115) | 736 | - | 657 |

e) Teste de recuperabilidade

Foi aplicado o teste do *Impairment* por meio de fluxo de caixa projetado, assim como os efeitos na taxa de desconto, e não identificada a necessidade de registro de perda por *Impairment*, dado que o valor recuperável da unidade geradora de caixa é superior ao saldo contábil dos ativos (imobilizado e intangível).

f) Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado

Os valores de depreciação e amortização reconhecidos no resultado em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$ 4.292, sendo R\$ 4.177 referentes à depreciação e R\$ 115 amortização.

31.9 Provisão para demandas judiciais

A NAV Brasil é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista, em decorrência da cisão parcial da Infraero, no que concerne, exclusivamente, à atividade desta cindida, relativa à prestação de serviços de navegação aérea, nos termos previstos na Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019 e no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Infraero, registrada na JUCIS-DF sob o nº 1707574, em 09/07/2021, bem como em novas demandas propostas após a constituição da NAV Brasil, aprovada na Assembleia Geral de Constituição da NAV Brasil, registrada na JUCERJA sob o nº 3330033925-6 em 15/07/2021.

Dentre os processos judiciais (cíveis e trabalhistas) relacionados no Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, ressalva-se que (i) ainda não houve a efetiva inclusão da NAV

Brasil no polo passivo de todas as demandas, seja em sucessão ou em conjunto com a Infraero, bem como (ii) diversos processos já foram encerrados e/ou arquivados.

Além dos processos relacionados no referido Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, a NAV Brasil foi citada e incluída no polo passivo ou como terceira interessada em processos judiciais trabalhistas, por se tratar de demandas de empregados transferidos para a Estatal por sucessão trabalhista.

Diante das considerações acima, a NAV Brasil é parte ou virá a ser incluída no polo passivo de ações judiciais (cíveis e trabalhistas). O monitoramento dos processos em que a NAV Brasil já é parte é conduzido pela Assessoria Jurídica interna da Empresa.

A Empresa avalia suas contingências tendo por base a expectativa de perda, segundo o grau de risco de cada ação judicial. A classificação de risco e indicação de valores estimados para fins de provisionamento ou apontamento contábil são elaboradas com base em análise da Assessoria Jurídica e melhor julgamento da Administração, no Ato Normativo nº SEDE-ANO-2020/00011, de 03/06/2020, da Infraero, aplicável à NAV Brasil por sucessão do acervo técnico, bibliográfico, documental nos termos do art. 3º da Lei nº 13.903/2019. Consideram-se, portanto, os seguintes níveis de risco:

Provável - Quando há risco alto de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é superior à chance de não ocorrência, cuja probabilidade de perda (taxa de risco) esteja classificada de acordo com o manual de classificação e avaliação de risco de ações judiciais da NAV Brasil, como risco alto ou praticamente certo.

Possível - Quando há risco intermediário de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é menor que no nível provável e maior que no nível remoto; a qual a administração classifica como risco médio.

Remoto - Quando há risco baixo de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é pequena. Em conformidade ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as contingências classificadas como remotas, não são provisionadas e nem divulgadas em nota explicativa.

Com base em informações do setor jurídico e critérios acima, a Administração efetuou a análise dos processos pendentes e, com base nas experiências anteriores e no acervo transferido da Infraero na forma da referida lei referentes às quantias reivindicadas, sugeriu o provisionamento das demandas avaliadas como de provável risco de perda e a indicação de valores para demandas avaliadas como de possível risco de perda, em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso,

quando já possível a indicação do valor efetivamente perseguido pela parte ou, quando o valor econômico não puder ser aferido ou possuir grande complexidade de apuração, foi indicado como valor para fins de provisionamento o valor da causa.

Assim, tem-se que a NAV Brasil é ou será parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- **Ações Trabalhistas:** existem pedidos diversificados formulados por empregados transferidos à NAV Brasil, pleiteando: incorporação de gratificação pelo exercício de função de confiança por mais de 10 anos ou incorporação de gratificação por progressão especial, enquadramento como radiotelefonista e pagamento de horas extras e adicional noturno, briefing operacional, adicional de periculosidade, suspensão do contrato de trabalho, nulidade de sindicância, indenização por danos morais. Sobre os temas acima, é relevante observar que as decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.
- **Ações Cíveis:** existem pedidos diversificados formulados por empregados transferidos à NAV Brasil envolvendo concurso público, transferência funcional e tarifas de navegação aérea.

a) Processos judiciais provisionados

Considerando a relação total de processos judiciais (trabalhistas e cíveis) transferidos para a NAV Brasil na cisão parcial da Infraero, conforme relação indicada no Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, aí incluídas as demandas cuja Empresa já é parte (processos novos e processos originalmente propostos em face da Infraero), assim como as que, dispostos no citado anexo do Protocolo, a NAV Brasil não foi incluída no polo passivo, os valores das ações classificadas com risco de perda provável foram provisionados nos termos anteriormente indicados e estão demonstrados no quadro a seguir:

| Processos prováveis | |
|----------------------------|-------------------|
| | 31/12/2021 |
| Processos trabalhistas | 5.910 |
| Processos cíveis | 2 |
| Total | 5.912 |

A seguir, demonstramos a movimentação das contingências prováveis ocorridas durante o período:

| <u>Movimentação das ações prováveis</u> | <u>30/06/2021</u> (Proveniente da Cisão) | <u>Adições</u> | <u>Reversão</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|---|----------------|-----------------|-------------------|
| Processos trabalhistas | 4.291 | 1.619 | - | 5.910 |
| Processos cíveis | 2 | - | - | 2 |
| Total | 4.293 | 1.619 | - | 5.912 |

b) Processos judiciais não provisionados

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possuía ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não foi constituída provisão, totalizando R\$ 7.726, conforme demonstrado no quadro a seguir:

| <u>Processos possíveis</u> | |
|----------------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2021</u> |
| Processos trabalhistas | 2.245 |
| Processos cíveis | 5.481 |
| Total | 7.726 |

c) Depósitos recursais e judiciais

Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Em 31/12/2021, os depósitos judiciais mantidos pela Empresa representam R\$ 1.563, conforme apresentados a seguir:

| <u>Depósitos recursais e judiciais</u> | |
|--|-------------------|
| | <u>31/12/2021</u> |
| Depósitos judiciais trabalhistas | 1.563 |
| Total | 1.563 |

31.10 Fornecedores

O saldo de R\$ 32.509, em 31/12/2021, representa as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte.

31.11 Encargos trabalhistas

| | <u>31/12/2021</u> |
|------------------------------|-------------------|
| Encargos sobre férias | 9.804 |
| Férias a pagar | 22.901 |
| Ordenados e salários a pagar | 5.811 |
| FGTS a Recolher | 2.068 |
| INSS a Recolher | 6.202 |
| IRRF s/ folha de pagamento | 5.270 |
| Total | 52.056 |

Os valores registrados no grupo de contas de encargos trabalhistas referem-se a saldos devidos por ordenados e salários, férias e encargos incidentes sobre a folha de pagamento de pessoal. Tais valores são provisionados conforme a competência dos fatos ocorridos e baixados posteriormente, quando eles são liquidados.

31.12 Recursos de terceiros

Os Recursos de Terceiros estão constituídos pelos seguintes valores:

| | <u>31/12/2021</u> |
|------------------------|-------------------|
| Comando da aeronáutica | 11 |
| Total | <u>11</u> |

Comando da Aeronáutica: recursos relativos, principalmente, à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da NAV Brasil sobre imóveis de propriedade da União, sob a responsabilidade e guarda da NAV Brasil.

31.13 Outras obrigações

Outras Obrigações

| <u>Obrigações - Circulante</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--------------------------------|---------------------|
| Consignações a recolher | 1.114 |
| Pensões judiciais a pagar | 187 |
| Total Circulante | <u>1.301</u> |

31.14 Patrimônio líquido

| | <u>31/12/2021</u> |
|---------------------------------|-----------------------|
| Capital social | 51.714 |
| Reserva Legal | 4.679 |
| Reserva de Lucros | 71.277 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | (27.460) |
| Total | <u>100.210</u> |

a) Composição Acionária do Capital Social

Na Assembleia Geral de Constituição, de 30/6/2021, foi autorizada a capitalização dos recursos recebidos da União, nos termos do Decreto n.º 10.589/2020, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) e pela versão do patrimônio cindido da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero relativo à atividade de navegação aérea, no valor de R\$ 26.713.780,59 (vinte e seis milhões, setecentos e treze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos). Constituindo o Capital Social de R\$ 51.713.780,59, subscrito e integralizado, representado por 195.106 (cento e noventa

e cinco mil e cento e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da União.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial registra as contrapartidas de transações que afetarão valores de ativos e passivos em relação ao valor justo. Na Companhia, os valores registrados nessa rubrica representam os ganhos e perdas atuariais (registrados em Outros Resultados Abrangentes – ORA) com o plano de assistência à saúde e de previdência privada dos empregados e aposentados, conforme detalhado no quadro a seguir:

Ajuste de avaliação patrimonial

| | <u>31/12/2021</u> |
|--|----------------------|
| Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV | 13.820 |
| Programa Auxílio Saúde – PAS | 27.786 |
| Tributos Diferidos | (14.146) |
| Total Ajuste de avaliação patrimonial | <u>27.460</u> |

c) Destinação do Resultado

Conforme Art.193 da Lei nº 6.404/1976, a Reserva Legal é de 5% sobre o Lucro Líquido do Exercício. O ajuste de IR/CSLL diferidos não é considerado na base de cálculo da Reserva Legal.

De acordo com o Estatuto Social, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício e, segundo o Art. 199 da Lei nº 1.598/1977, a base de cálculo dos dividendos é o Lucro Líquido Ajustado de R\$ 69.501 mil, considerando o abatimento de IR/CSLL diferidos. Dessa forma, a proposta de R\$ 17.618 mil de dividendos está em conformidade com o Art. 140, inciso III do Estatuto Social pois representa mais de 25% do Lucro Líquido Ajustado.

| | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 93.574 |
| IRPJ/CSLL Diferidos | 19.394 |
| Reserva Legal | 4.679 |
| Lucro Líquido Ajustado | 69.501 |
| Dividendos e JCP | 17.618 |
| JCP | 1.325 |
| Dividendos | 16.293 |
| Reserva de Retenção de Lucros ¹ | 50.744 |
| Aumento de Capital Social ¹ | 20.533 |
| Saldo de Lucros Acumulados | <u>0</u> |

1. Valores a serem deliberados na Assembléia.

31.15 Receita operacional líquida

As receitas, com exceção dos ganhos de capital e de algumas receitas financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pelo regime de competência. Esses tributos são apresentados como deduções da receita bruta.

Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados na demonstração do resultado.

| | <u>31/12/2021</u> |
|---|-----------------------|
| Receita Bruta | 428.029 |
| Comerciais | 598 |
| Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea | <u>427.431</u> |
| Deduções | (38.845) |
| PIS | (6.929) |
| COFINS | <u>(31.916)</u> |
| Receita Líquida | <u>389.184</u> |

A Sociedade avaliou a aplicabilidade do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente nas suas demonstrações financeiras e concluiu não ser aplicável às suas operações.

31.16 Despesas por natureza

Os custos dos serviços prestados, R\$ 28.290, despesas gerais e administrativas, R\$ 219.999, e provisões com IRPJ/CSLL, R\$ 66.863, são compostos pelos seguintes grupos:

| | <u>31/12/2021</u> |
|---------------------------------|-----------------------|
| Pessoal | 87.554 |
| Encargos diretos com pessoal | 61.144 |
| Encargos indiretos com pessoal | 32.505 |
| Serviços Contratados e Locações | 11.004 |
| Utilidades - Serviços Públicos | 3.639 |
| Despesas Gerais | 9.923 |
| Outras provisões | 105.090 |
| Depreciações e Amortizações | <u>4.293</u> |
| Total | <u>315.152</u> |

31.17 Benefícios a empregados

a) Plano de Previdência Complementar

Em julho de 2021, a NAV Brasil tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade

Social INFRAPREV, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social. A Empresa reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado aos Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável. O de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Empresa (valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego) representa o valor estimado das reduções. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas à taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O INFRAPREV possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável (Plano CV), o qual detém o maior número de participantes. A NAV Brasil participa apenas no Plano de Contribuição Variável, que está aberto à entrada de novos participantes.

| <u>Planos</u> | <u>Benefícios</u> | <u>Classificação</u> | <u>Vigência</u> |
|---------------|------------------------|-------------------------|-----------------|
| Plano CV | Aposentadoria e Pensão | Contribuição Definida * | Aberto |

(*) Trata-se de um plano híbrido, pois possui riscos atuariais para o serviço passado, de participantes que migraram dos planos de benefício definido.

Perfil de Participantes dos planos:

| <u>Planos</u> | <u>31/12/2021</u> | | | <u>31/12/2020</u> | | |
|---------------|-------------------|----------------------|--------------|-------------------|----------------------|--------------|
| | <u>Ativos *</u> | <u>Assistidos **</u> | <u>Total</u> | <u>Ativos *</u> | <u>Assistidos **</u> | <u>Total</u> |
| Plano CV | 1.275 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

(*) Compõem os Ativos, os participantes auto patrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e os pensionistas.

A NAV Brasil contratou empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33. A contratada realizou a avaliação atuarial para a contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos. Dessa forma, as avaliações atuariais são elaboradas anualmente, por atuário externo, e as informações constantes, a seguir, referem-se àquelas efetuadas na data base de 31 de dezembro de 2021.

Premissas atuariais e econômicas:

| Hipóteses | CV |
|--|--|
| Crescimento real dos salários | 0,00% a.a. |
| Crescimento real dos benefícios | 0,00% a.a. |
| Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal | 8,74% a.a. |
| Taxa de juros de desconto atuarial anual - real | 5,32% a.a. |
| Método atuarial de financiamento | Crédito unitário projetado |
| Regime financeiro | Capitalização |
| Expectativa de inflação | 3,25% a.a. obtida a partir da média das metas de inflação projetadas pelo BACEN para o triênio 2022-2024 |
| Tábua de rotatividade (Turnover) | 0,00% |
| Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos | AT 2000 M&F |
| Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados | AT 2000 M&F |
| Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos | AT-49 M |
| Tábua de entrada em invalidez | Álvaro Vindas |

Composição Familiar - Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável:

- Benefícios a Conceder: para a definição do número de beneficiários, foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas no “Estudo Técnico para Fundamentação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação Atuarial de 31/12/2021”, disponibilizado pelo INFRAPREV.
 - ✓ Percentual de Casados: 80%.
 - ✓ Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
 - ✓ Filho temporário até os 24 anos.
- Benefícios Concedidos (aposentadorias e pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pelo INFRAPREV.

Taxa de Desconto Atuarial Real:

A taxa de desconto atuarial real, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com vencimento em 15/8/2035, com *duration* aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes e assistidos da NAV Brasil no plano são as seguintes:

| | <u>Duration (anos)</u> | <u>Taxa de desconto</u> |
|---|------------------------|-------------------------|
| Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável | 16,66 | 5,32% |

As hipóteses foram adotadas em consonância com os estudos de adequação de hipóteses elaborados pela entidade de previdência complementar responsável pela gestão do plano de benefícios, exceto em relação à hipótese da taxa de juros, que foi definida tomando-se por base a NTN-B com vencimento próximo à *duration* do

passivo, que foi calculada usando-se a metodologia definida na Instrução nº 33, de 23/10/2020, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Valor Justo dos Ativos do Plano:

| | 31/12/2021 |
|---|-------------------|
| Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos | Plano CV |
| Valor justo dos ativos no início do período | - |
| Receita de juros | - |
| Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano | 36.894 |
| Contribuições do patrocinador | 340 |
| Contribuições dos participantes | 340 |
| Benefícios pagos pelo plano | - |
| Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação | - |
| (=) Valor justo dos ativos do plano no final do período | 37.574 |
| | |
| | 31/12/2020 |
| Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos | Plano CV |
| Valor justo dos ativos no início do período | - |
| Receita de juros | - |
| Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano | - |
| Contribuições do patrocinador | - |
| Contribuições dos participantes | - |
| Benefícios pagos pelo plano | - |
| Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação | - |
| (=) Valor justo dos ativos do plano no final do período | - |

Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|-------------------|-------------------|
| Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço | Plano CV | Plano CV |
| 1. Ativo Líquido de Cobertura do Plano | | |
| 1.1. Valor Justo dos Ativos do Plano | 37.574 | - |
| 2. Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos | | |
| 2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação | (9.053) | - |
| 2.2. Nível de cobertura, se (déficit) ou superávit (1.1.+2.1.) | 28.521 | - |
| 3. Status do fundo e (Passivo)/Ativo reconhecido | | |
| Status do Plano de Benefícios | | |
| Valor presente da obrigação atuarial | (9.053) | - |
| (-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial | - | - |
| (=) Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida | (9.053) | - |
| Valor justo dos ativos do plano | 37.574 | - |
| (=) Status do plano de benefícios (déficit/superávit) | 28.521 | - |
| Efeito do teto do ativo | (28.521) | - |
| Responsabilidade Ativo (Passivo) líquido decorrente da obrigação do plano | | |
| (Passivo)/Ativo reconhecido no início do período | - | - |
| Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo | - | - |
| Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego | (34.785) | - |
| Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes | 34.785 | - |
| (=) (Passivo)/Ativo reconhecido no final do período | - | - |
| Apuração do efeito do teto do limite do ativo | | |
| Valor presente dos benefícios econômicos (teto)* | - | - |
| Efeito da restrição sobre o ativo (Superávit - Teto) | 28.521 | - |

(*) O cálculo do benefício econômico disponível, de que trata o item 65 do CPC 33 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido, considera o valor presente dos fluxos dos benefícios econômicos considerando a taxa de juros de desconto conforme item 83 do referido CPC.

No Plano CV existem recursos integralizados suficientes para garantir o pagamento dos compromissos dos planos, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa.

b) Programa Auxílio Saúde – PAS

A NAV Brasil oferece o Programa de Auxílio Saúde (PAS) de caráter indenizatório, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2021/2023, e, como tal, limita o valor da obrigação da patrocinadora aos valores mensais, por faixa etária.

i. Premissas atuariais e econômicas

| Premissas | 31/12/2021 |
|--|--|
| Método atuarial de financiamento | Crédito unitário projetado |
| Regime financeiro | Capitalização |
| Expectativa de inflação | 3,26% a.a. obtida a partir da média das metas de inflação projetada pelo BACEN para o triênio 2021-2024 |
| Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal | 8,74% a.a. |
| Taxa de juros de desconto atuarial anual - real | 5,32% a.a. |
| Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos | AT 2000 M&F |
| Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados | AT 2000 M&F |
| Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos | AT-49 M |
| Tábua de entrada em invalidez | Não aplicável |
| Tábua de rotatividade (Turnover) | 2,34% a.a. |
| HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)* | Não aplicável |
| Composição familiar para custo de pensão (participantes/aposentados) | Foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges tem direito a permanecer no plano após a aposentadoria |

* A HCCTR (*Health Care Cost Trend Rate*) representa a expectativa de inflação médica anual nominal de longo prazo como, por exemplo, quanto os custos médico-hospitalares irão aumentar no longo prazo, independentemente do envelhecimento da população e da inflação.

ii. Análise de Permanência no Plano de Saúde

A análise de permanência visa projetar quais empregados irão permanecer no Plano de Saúde após o desligamento da empresa. Considera-se que 100% dos participantes ativos que se aposentarem permanecerão no Plano de Saúde com o seu cônjuge, observadas as regras definidas no regulamento do plano.

iii. Composição familiar

Para o Plano de Saúde, foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados da NAV Brasil, com os titulares e dependentes no plano, sendo que,

conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges têm direito a permanecer no plano após a aposentadoria.

A movimentação das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo no início do exercício | - | - |
| Custo do serviço corrente | (3.349) | - |
| Custo de juros | - | - |
| Serviço passado - ganhos/(perdas) de alterações/reduções | (80.911) | - |
| Ganhos/(perdas) atuariais | (13.820) | - |
| Benefícios pagos | 17.169 | - |
| Saldo no final do exercício | <u>(80.911)</u> | <u>-</u> |

31.18 Impostos diretos, corrente e diferido

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

O Imposto de Renda e da Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no Lucro Real com alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente R\$ 20 mil mês, e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

IMPOSTOS A RECOLHER CORRENTE

| <u>Contribuição Social</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|---------------------|
| Resultado antes da Provisão para a CSLL | 141.044 |
| <u>Adições</u> | <u>88.400</u> |
| Permanentes | 102 |
| Temporárias | 88.298 |
| <u>Exclusões</u> | <u>32.584</u> |
| Permanentes | 1.325 |
| Temporárias | 31.258 |
| Base de Cálculo da Contribuição Social | 196.860 |
| Contribuição Social Devida (9%) | 17.717 |
| (-) Deduções | 12.809 |
| Saldo a Recolher CSLL | <u>4.908</u> |

| <u>Imposto de Renda</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|----------------------|
| Resultado depois da Contribuição Social | 123.327 |
| <u>Adições</u> | <u>106.117</u> |
| Permanentes | 17.819 |
| Temporárias | 88.298 |
| <u>Exclusões</u> | <u>32.584</u> |
| Permanentes | 1.325 |
| Temporárias | 31.258 |
| Prejuízo/Lucro Real | 196.860 |
| IRPJ Devido a 15% | 29.529 |
| (-) Prorrogação Licença Maternidade | 57 |
| Adicional do Imposto de Renda (10%) | 19.674 |
| IR Pago - Balancete de Suspensão/Redução | 35.530 |
| Saldo a Recolher IRPJ | <u>13.616</u> |

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no CPC nº 32.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas, e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

| IMPOSTOS DIFERIDOS | | | |
|---|------------------------------|-----------------|------------------|
| Impostos Diferidos | 31/12/2021 | IRPJ 25% | CSLL (9%) |
| INDEN. TRABALHISTAS - CONSTITUIÇÃO | 3.680 | 920 | 331 |
| DESPEAS COM PERDAS ESTIMADAS NO ESTOQUE | 2.798 | 700 | 252 |
| DESPESA DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO | 67.092 | 16.773 | 6.038 |
| PROVISÃO SERV. PRESTADO | 12.683 | 3.171 | 1.141 |
| DEPRECIÇÃO | 2.045 | 511 | 184 |
| CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES | 88.298 | 22.074 | 7.947 |
| | | | |
| INDEN. TRABALHISTAS - REVERSÃO | (2.255) | (564) | (203) |
| DESPESA DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO | (27.786) | (6.947) | (2.501) |
| DEPRECIÇÃO | (1.217) | (304) | (109) |
| REVERSÃO DE PROVISÕES | (31.258) | (7.815) | (2.813) |
| | | | |
| TOTAL DE DIFERIDOS SOBRE DIF. TEMPORÁRIAS | 57.040 | 14.260 | 5.134 |
| TOTAL DE DIFERIDOS SOBRE VARIAÇÃO PATRIMONIAL | 41.606 | 10.401 | 3.745 |
| | ATIVO FISCAL DIFERIDO | | 33.539 |

c) Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social -Redução ao Valor Recuperável

Foi constituída provisão de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre a baixa do valor da Redução ao Valor Recuperável do imobilizado e do intangível para a avaliação de consultoria especializada.

| | 31/12/2021 |
|---|-------------------|
| <u>Baixa da Redução ao Valor Recuperável</u> | <u>17.985</u> |
| Imobilizado | 17.249 |
| Intangível | 736 |
| | |
| Contribuição Social Devida (9%) | 1.619 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica (25%) | 4.496 |

31.19 Partes relacionadas

a) Patrocinado

O Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

b) Remuneração da administração

As remunerações dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da NAV Brasil estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia. A remuneração dos membros da diretoria executiva foram as seguintes, em R\$:

| Diretoria | <u>2021</u> |
|--------------------|---------------|
| Maior Remuneração: | 28.371 |
| Remuneração Média: | 26.250 |
| Menor Remuneração: | <u>25.190</u> |

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para os mesmos períodos foi fixada em R\$ 2.843,73.

Em 30/6/2021, a Assembleia Geral de Constituição aprovou no Estatuto Social da NAV Brasil com a criação do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD, em atendimento a Lei n.º 13.303/16, sendo um órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento permanente ao Conselho de Administração. A remuneração mensal dos membros do COAUD foi fixada em R\$ 5.684,47.

31.20 Informações por atividades

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “navegação aérea” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

31.21 Ativo e passivo compensado

| | 31/12/2021 | | | | 30/06/2021 | |
|---------------------------------|---------------------|--------------------|----------|----------------|---------------|---------------|
| | Taxa de Depreciação | Adições/ Exclusões | Baixas | Transferências | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Bens Móveis da União | 10% a 20% a.a. | - | - | - | 31.838 | 31.838 |
| Imóveis e Benfeitorias da União | 4% a.a. | - | - | - | 46.754 | 46.754 |
| Custo | | - | - | - | 78.592 | 78.592 |
| Depreciações/Amort. Acumuladas | | (1.705) | - | - | (46.554) | (44.849) |
| TOTAL | | (1.705) | - | - | 32.038 | 33.743 |

31.22 Remuneração aos Empregados

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções de confiança, relativas ao quarto trimestre de 2021 em R\$:

| Empregados | 2021 |
|--------------------|--------|
| Maior Remuneração: | 35.929 |
| Remuneração Média: | 8.786 |
| Menor Remuneração: | 2.374 |

32 Parecer da Auditoria Independente

A Auditoria Independente contratada pela NAV Brasil – a empresa Baker Tilly –, assim manifestou-se em seu Relatório, datado de 23/03/2022:

“Examinamos as demonstrações financeiras da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo entre 30 de junho de 2021 (data de sua constituição) e 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada ‘Base para Opinião com Ressalva’, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo entre 30 de junho de 2021 (data da sua constituição) e 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.” (Grifo nosso)

33 Manifestação da Administração

O Conselho de Administração, por meio da Ata da 10ª Reunião Ordinária realizada em 23/03/2022, face às evidências de atendimento das condicionantes expostas pelos Conselheiros de Administração e pelos Conselheiros Fiscais, deliberou por aprovar, por unanimidade, o Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras relativos a 31/12/2021, a serem submetidas à deliberação da assembleia geral. Registrou-se, porém, a **necessidade de construção de uma Nota Complementar às Notas Explicativas iniciais**, considerando as opiniões registradas pela Auditoria Independente.

O Colegiado decidiu, ainda, por unanimidade, aprovar, sem ressalvas, a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, com os montantes envolvidos atualizados, que deverá ser submetida à deliberação da assembleia geral, para a destinação do resultado da empresa relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

34 Manifestação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, em Ata do Conselho de Administração, de 23/03/2022, manifestou *“que adere ao parecer da Auditoria Independente, sem qualquer ressalva”*.

35 Parecer do Conselho Fiscal

Manifestou-se, o Conselho Fiscal, em seu Parecer de 23/03/2022:

“(…) os documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. a ser realizada em 27 de abril de 2022.”

(Sem grifo no original)

Mais adiante, no período entre a submissão dos documentos à Assembleia Geral Ordinária e sua deliberação, ou seja, entre 28 de março e 27 de abril de 2022, foi sugerida pela SEST e acatada pela NAV Brasil, a alteração da base cálculo da Reserva Legal da proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

Sobre o assunto, assim se manifestou o Conselho Fiscal, através do Parecer de 13/04/2022:

“CONSIDERANDO que as interações da Administração da empresa com a SEST/ME identificaram a necessidade de, conforme Art. 193 da Lei nº 6.404/1976, realizar ajuste no cálculo da Reserva Legal de 5% sobre o Lucro Líquido do Exercício, sem considerar o ajuste de IR/CSLL

*diferidos na base de cálculo, resultando na Reserva Legal de R\$ 4.679 mil, mantendo a distribuição de dividendos de R\$ 17.618 mil, pois representa mais de 25% do Lucro Líquido Ajustado, portanto em conformidade com o Art. 140, inciso III do Estatuto Social da NAV Brasil; CONSIDERANDO a deliberação do CONSAD, de 13 de abril de 2022, pela aprovação das Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício de 2021; pela aprovação da Destinação do Lucro Líquido relativo ao exercício de 2021; pela aprovação do Relatório Anual referente ao exercício de 2021, **após ajuste na base de cálculo da Reserva Legal conforme orientação da SEST;***

OPINA:

QUE os documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. a ser realizada em 27 de abril de 2022.” (Grifo nosso)

36 Nota Complementar

Diante das ressalvas apontadas pela Auditoria Independente, a Diretoria Executiva da NAV Brasil prestou os devidos esclarecimento por meio de Nota Complementar, datada de 28/03/2022, entre as quais destacam-se as seguintes:

“1) de acordo com o que prevê o art. 19 da Lei nº 13.903/2019, a NAV Brasil, desde a sua constituição, em 30 de junho de 2021, vem recebendo apoio técnico e administrativo da Infraero, por força contratual, que inclui, dentre outras, a atividade de contabilidade, de modo que a execução de todo o processo contábil da empresa relativo ao exercício de 2021 foi realizada pela equipe da Infraero;

2) a Infraero dispõe de uma equipe estruturada para desenvolver as atividades de contabilidade afetas à sua área administrativa, não lhe sendo possível disponibilizar uma equipe exclusivamente dedicada ao acompanhamento da contabilidade da NAV Brasil, situação que acabou por resultar em um significativo incremento do tempo de execução dos lançamentos contábeis e seus consequentes controles;

- 3) a *Infraero encontrava-se em emprego pleno da sua força de trabalho para concluir a conciliação de sua contabilidade para o encerramento de exercício e sua submissão à Assembleia, utilizando-se, naturalmente, da mesma equipe de profissionais para realizar os dois trabalhos;*
- 4) *o envolvimento direto daquela administração com o complexo processo de cisão parcial para a constituição da NAV Brasil;*
- 5) *Nesse contexto, é importante destacar que o Balancete do terceiro trimestre de 2021 (julho, agosto e setembro) só foi disponibilizado para a equipe da NAV Brasil, em 26 de janeiro de 2022, a partir do que foi possível dar-se início às necessárias análises. Da mesma forma, o fechamento contábil do quarto trimestre de 2021 (outubro, novembro e dezembro) só foi disponibilizado em 8 de fevereiro de 2022; e*
- 6) *O retardo na entrega desses demonstrativos resultou na impossibilidade de contratação de uma Auditoria Independente com antecedência suficiente para uma adequada análise e as necessárias conciliações, que só foi possível acontecer em 18 de fevereiro de 2022.”*

Oportunamente, a Diretoria Executiva prestou os seguintes esclarecimentos em relação a cada uma das ressalvas apontadas pela Auditoria Independente:

“a) Estoques

*Sobre o assunto, pelas razões mencionadas anteriormente e corroborando o relato da auditoria, é preciso ressaltar que a sua contratação, em 18 de fevereiro de 2022, se deu em data posterior à prevista para a elaboração do inventário físico dos estoques, o que inviabilizou seu acompanhamento por parte dos auditores independentes. Adicionalmente, importa registrar que o processo de transição dos estoques de bens relacionados à atividade de navegação aérea, a serem transferidos da *Infraero* para a responsabilidade da NAV Brasil, decorrentes do processo de cisão, ainda se encontrava em fase de conclusão.*

Embora transferidos contabilmente no processo de cisão, a sua guarda e gestão permaneceu sob a responsabilidade da empresa cindida, tendo em vista a indisponibilidade de estrutura organizacional e pessoal para a completa administração desses materiais.

Adicionalmente, cumpre ressaltar que a gestão desses bens faz parte, inclusive, do serviço de suporte logístico prestado contratualmente pela Infraero à NAV Brasil.

Assim concluído o processo de transição, as equipes das duas empresas realizaram o inventário físico de todo o material em estoque, fato que assegura a confiabilidade dos registros, ressalvados os ajustes necessários entre as empresas, que não impactam significativamente o saldo registrado dos estoques.

Em relação ao comentário da ressalva em comento, de que não teria sido disponibilizada documentação hábil que para que a Auditoria pudesse validar o saldo de perda por obsolescência de estoques, cabe ressaltar que havia sido previamente acertado com esta, que os documentos necessários seriam disponibilizados em pastas compartilhadas para acesso dos auditores.

b) Outras contas a pagar diversos

Sobre esse ponto, é importante destacar que o valor da referida conta não foi devidamente analisado em razão do grande volume de lançamentos e o curto espaço de tempo para as devidas conciliações.

Considerando que o suporte contábil e financeiro é prestado pela Infraero, todas as informações e as documentações necessárias à comprovação do saldo da conta analisada encontravam-se na base de dados existente naquela empresa, em que ficam armazenados os lançamentos e a informação dos documentos que lhes deram origem. Nesse contexto, o tempo necessário para o atendimento às demandas da Auditoria é acrescido, tendo em vista a necessidade de frequentes interações com a área responsável na Infraero.

Sobre a comprovação dos lançamentos da conta em análise, superado o fluxo para a apropriação das informações, foi obtido um relatório com 73 páginas, composto por 4.300 lançamentos a serem analisados. Tendo em vista o volume de trabalho necessário para obtenção do resultado e a necessidade da conclusão dos trabalhos da Auditoria, em tempo para apresentação ao Conselho de Administração e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, não haveria tempo hábil, nem mesmo, recursos humanos disponíveis, ainda contando com o apoio da equipe de contabilidade da Infraero, para concluir a análise solicitada pela Auditoria (...)

É importante destacar, que os valores apontados não terão impacto nas contas de resultado da NAV Brasil, pois são valores que se compensarão em contas de mesma natureza (Passivo Circulante), sendo ajustados dentro do primeiro trimestre de 2022.

Cabe, adicionalmente, informar que, nos trabalhos de análise já em andamento, mesmo após concluído o Relatório da Auditoria Independente, dos R\$ 7.471 mil apontados, já foi possível identificar R\$ 7.132 mil para a devida regularização, o que nos propicia afirmar a possibilidade de conclusão dos ajustes contábeis, no próximo balanço trimestral (janeiro, fevereiro e março).”

37 Manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST)

A SEST, por meio da Nota Técnica SEI nº 12925/2022/ME, datada de 18/04/2022, assim manifestou-se:

*“A Sest manifesta-se **favoravelmente à proposta de destinação do resultado do exercício de 2021**, conforme apresentada pelos administradores da NAV Brasil, bem como sugere a alteração estatutária decorrente do aumento de capital.”*

38 Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

A STN, manifestou-se por meio do Parecer SEI nº 6651/2022/ME, datado de 26/04/2022:

“Diante do exposto, quanto aos temas a serem tratados na AGO, manifestamos a seguinte opinião:

a) nada a opor quanto à aprovação do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021, observada as ressalvas apresentadas pela auditoria independente;

b) pela retirada de pauta da proposta de destinação do resultado, conforme fundamentação apresentada nos parágrafos 32 a 35;

***c) pela retirada de pauta da proposta de aumento de capital social no montante de R\$ 20.533 mil, com a conseqüente alteração do art. 9º do Estatuto Social, nos termos do exposto no parágrafo 36”.** (Sem grifo no original)*

39 Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

O Procurador da Fazenda Nacional assim deliberou, por meio do Parecer SEI nº 6637/2022/ME, de 27/04/2022:

“(...) tendo em vista o Decreto nº 89.309/84 e Decreto nº 2.673/1998, deverá o representante da União na Assembleia Geral Ordinária votar pela aprovação do Relatório de Administração, Balanço e demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2021 com as ressalvas constantes do relatório da auditoria externa e votar pelo adiamento das deliberações sobre a destinação do resultado do exercício de 2021, e sobre o aumento de capital, e a consequente alteração do estatuto social da NAV Brasil, conforme manifestação da STN.” (Sem grifo no original)

40 Assembleia Geral Ordinária

O representante da União, à Assembleia Geral Ordinária, em 27/04/2022, deliberou:

“I) aprovação das Demonstrações Financeiras e Relatório Anual de Administração/2021, com as ressalvas constantes no relatório da auditoria externa; II) adiamento da deliberação sobre a destinação do resultado do exercício de 2021, conforme orientação da STN”. (Sem grifo no original)

41 Parecer Auditor Interno

Manifestou-se o Auditor Interno, por intermédio da Nota Técnica nº SEDE-NTT-2022/00046, de 12/05/2022:

*“Pelo exposto, apresenta-se para deliberação deste Colegiado o entendimento deste Auditor Interno acerca da **impossibilidade da emissão do seu parecer pertinente aos incisos II, III e IV do art. 16 da Instrução Normativa CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021**, no que se refere à prestação de contas da NAV Brasil concernente ao exercício de 2021.*

Em contrapartida, no que se refere ao parecer referente ao inciso I do art. 16 da Instrução Normativa CGU nº 5, de 2021, o qual trata sobre aderência da prestação de contas aos normativos que regem

a matéria, entende este Auditor Interno que é plenamente cabível emitir a sua respectiva opinião, haja vista tratar-se de matéria possível de ser analisada com base na verificação da composição das peças que integrarão a Prestação de Contas Anual, relativa ao exercício de 2021. Tal análise será realizada precipuamente com base no disposto na Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020.” (Grifo nosso)

Ato contínuo, por meio do Parecer de 26 de maio de 2022, o Auditor Interno concluiu pelo seguinte:

*“Considerando a recente constituição da NAV Brasil, em 31 de junho de 2021, e a natural demanda de estruturação da empresa, a unidade de auditoria interna veio a ser constituída no ano subsequente, em 09 de março de 2022, concentrando a presente avaliação na verificação de aderência da prestação de contas do exercício findo aos normativos que regem a matéria, cuja **conclusão aponta para a compatibilidade com o disposto no art. 8º da Instrução Normativa TCU nº 84/2020.**” (Grifo nosso.)*

PERSPECTIVAS

Para o próximo ano, a NAV Brasil manterá seu foco direcionado na excelência da prestação de seus serviços, organizando sua estrutura em consonância com sua Missão, Visão e Valores, e atendendo aos objetivos de sua criação.

Serão priorizadas, em 2022, as ações necessárias para a completa independência dos serviços ainda atrelados à Infraero, finalizando a sub-rogação dos contratos, executando os investimentos em infraestrutura, bem como a arquitetura dos processos administrativos, permitindo, assim, a perfeita execução das próximas etapas de Governança da empresa.

Nesse contexto, a contratação de uma empresa de *Business Process Outsourcing* - BPO permitirá um incremento da automatização dos processos, com maior eficácia e controle na gestão, sendo, pois, tratada como uma prioridade corporativa.

Outras ações para esse período compreendem, em especial, o fortalecimento da marca, o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio e a adoção de iniciativas dentro da esfera da sustentabilidade socioambiental.

Todas essas iniciativas corroboram com o objetivo da construção de uma empresa pública não dependente, assegurando seu caminho para ser reconhecida como uma prestadora de serviços de qualidade, eficiência e segurança, sendo certo que este é apenas o início da consolidação da NAV Brasil como peça fundamental no cenário de soberania do espaço aéreo nacional.

JOSE POMPEU DOS
MAGALHAES
BRASIL
FILHO:96765160825

Assinado de forma digital
por JOSE POMPEU DOS
MAGALHAES BRASIL
FILHO:96765160825
Dados: 2022.05.31 07:51:37
-03'00'

JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO
Presidente

MARCELO MORAES DE
OLIVEIRA:6124365561
5

Assinado de forma digital por
MARCELO MORAES DE
OLIVEIRA:61243655615
Dados: 2022.05.31 08:29:46 -03'00'

MARCELO MORAES DE OLIVEIRA
Diretor de Serviços

CARLOS ROBERTO
SANTOS:5209901
6615

Assinado de forma digital
por CARLOS ROBERTO
SANTOS:52099016615
Dados: 2022.05.31 08:03:33
-03'00'

CARLOS ROBERTO SANTOS
Diretor de Administração